

A ousadia de contar-se: representações na construção das violências de gênero¹

The audacity to tell oneself: representations and meanings in the construction of gender violence

Cláudia Guerra²

RESUMO

O artigo apresenta uma análise densa e interdisciplinar das representações de gênero, poder e violência conjugal, a partir de entrevistas com pessoas atendidas por instituições de apoio em Uberlândia-MG. A autora examina as múltiplas dimensões da violência de gênero: simbólicas, afetivas, patrimoniais e estruturais. O texto evidencia como determinadas narrativas, representações e aprendizados contribuem para a manutenção de ciclos-espaciais de violência — tensão, agressão e reconciliação — e destaca os impactos históricos, culturais e subjetivos dessas experiências. Tendo como base teórica autoras e autores como Scott, Saffioti, Foucault, Chauí, entre outros, a análise articula gênero, elementos microssociais com estruturas de poder e silenciamentos institucionalizados e aponta a educação para a igualdade como possibilidade de enfrentamento às violências.

PALAVRAS-CHAVE

Violência de Gênero. Representações Sociais. Poder Simbólico. Conjugalidade. Subjetividades.

ABSTRACT

The article presents a thorough and interdisciplinary analysis of representations of gender, power and domestic violence, based on interviews with people served by support institutions in Uberlândia-MG. The author examines the multiple dimensions of gender violence: symbolic, affective, patrimonial and structural. The

¹ Este artigo foi elaborado a partir do Cap1, item 1.1. da tese de doutorado: GUERRA, Cláudia C. *Jogos de Poder e metAMORfores: representações sociais de violências de gênero, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, 1997 a 2017*, 2018. 420f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21423> Foram realizadas entrevistas com 29 pessoas que vivenciam ou vivenciaram violência conjugal e familiar e 28 profissionais que atenderam esses tipos de situações de violências. E acessei fontes de várias organizações da rede pela segurança das mulheres de Uberlândia, especialmente da organização da sociedade civil SOS Ação Mulher e Família. Optei por atribuir nomes de flores às pessoas entrevistadas que ousaram contar suas histórias para mim.

² Cláudia Guerra é Doutora em História (UFU) e Mestre em História (USP-SP), com tema Violência Conjugal; professora em graduação e pós; cofundadora e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Masculinos e Femininos/UFU (desde 1992); cofundadora e voluntária da ONG SOS Mulher e Família (desde 1997), hoje SOS Mulheres e do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres (desde 1998); implantou e foi gestora da Divisão dos Direitos das Mulheres e Políticas de Gênero e da Casa Abrigo Travessia para mulheres e filhos(as) em risco pela violência doméstica, da Prefeitura de Uberlândia (2001-2002); oficina com mulheres e LGBTQ+ privados(as) de liberdade da Penitenciária Pimenta da Veiga (desde 2018); Promotora Legal Popular (desde 2022); voluntária do Elas em Movimento (desde 2024); Mulheres do Brasil (desde 2025); ASSUS (desde 2025); apresentadora dos quadros Mulheres em Movimento/Rádio Universitária e Mulheridades/CBL canal do Youtube (desde 2025); Vereadora/Uberlândia (2021-2024), implementou e foi a 1ª Procuradora da Mulher da Câmara Municipal e criou a Comissão Permanente da Diversidade; suplente de Deputado Estadual (2023-2026); esposa e mãe. E-mail: guerra.professora@gmail.com zap: (34)98801-1008, redes digitais: @claudiaguerraudi

text highlights how certain narratives, representations and learning contribute to the maintenance of spiral cycles of violence — tension, aggression and reconciliation — and highlights the historical, cultural and subjective impacts of these experiences. Based on the theories of authors such as Scott, Saffioti, Foucault, Chauí, among others, the analysis articulates gender, microsocial elements with power structures and institutionalized silencing and points to education for equality as a possibility of confronting violence.

KEY WORDS

Gender Violence. Social Representations. Symbolic Power. Intimacy. Subjectivities.

* * *

Introdução

[...]. Mas **a vida é real e é de viés e vê só que cilada o amor me armou . Eu te quero (e não queres) como sou. Não te quero (e não queres) como és.** [...]. O queres estares sempre a fim do que em mim é de mim tão desigual. Faz-me **querer-te bem, querer-te mal.** [...] E eu querendo querer-te sem ter fim. E, querendo-te, aprender o total do querer que há, e do que não há em mim. (Caetano Veloso, *O Queres*, 1984). [...] **Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.** [...] (Caetano Veloso, *Dom de Iludir*, 1986)

Neste artigo são apresentados e discutidos os resultados das análises dos dados das entrevistas e da documentação, tendo como referência questões centrais e complementares da investigação: quais são as representações de gênero e de poder dos sujeitos que experienciam violências na esfera conjugal e seus significados para superação desses abusos? Há relação entre essas representações, a adesão a determinados valores e as agressões? Quais são as escolhas de sujeitos atendidos pelas instituições da rede pública de apoio, diante das condições históricas apresentadas? Quais são os indícios dos elementos que compõem as situações: de refém do poder do outro em meio às espirais³ e/ou escapatórias do processo de violências à reinvenção da própria

³ A preferência em se utilizar a terminologia “espirais” da violência ao invés de “ciclos” explica-se por a primeira expressar movimento e possibilidades de aberturas e rompimentos. Sobre o uso de “espiral”, consultar: AZEVEDO, Desirée de L. e SANJURJO, Liliana. História como espiral: memórias e representações sobre a violência na Argentina. In: *Anuário Antropológico* [Online], I | 2012, posto online no dia 01 Outubro 2013, consultado no dia 15 julho de 2017. URL: <http://aa.revues.org/292>. A nomenclatura “ciclo” é utilizada em materiais de produção de movimentos sociais femininos e feministas, como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria–Cfemea, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher– Unifem, ONU Mulheres, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – Agende, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação–Cepia, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero–Themis, Conselho Estadual da Mulher de Belo Horizonte–CEM, Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres–CEPAM, União de Mulheres de São Paulo, Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, entre outros.

história? Questionou-se, também, se a idealização do relacionamento e do outro podem contribuir para agressões. E como a educação formal e informal contribuem para as violências ou cultura da paz.

No processo de identificação das representações sobre gênero e de poder, os achados foram provocando a necessidade da compreensão de quais entremeiam corpos, intimidades, relação ciúmes e “amorosidade”, bem como os impactos das violências na saúde das(os) envolvidas(os) diretamente e nos(as) filhos(as); o peso da religião na perpetuação, ou não, de abusos e de escolhas. Discorre-se sobre as ambiguidades na “conjugalidade” dos sujeitos com as instituições e com seus(suas) cônjuges: dois tipos de vínculos-“casamentos”.

Nas teias relacionais, identificam-se mudanças e permanências presentes das representações investigadas e presentes nas cenas imbuídas de jogos de poder, *performances*, sentimentos (in)visíveis e ciúmes. Consideram-se os significados dos pactos que permeiam a complexidade conjugal em sua diversidade e interseccionalidade. A análise das produções de verdades revela dinâmicas torturadores-torturados, libertam-encarceram, com a presença do dissonante, da profanação, da subversão e constituição de determinadas subjetividades. Retratam-se as dinâmicas próprias e ambivalências de determinada espiral de violências. São esboçados fatores inibidores da busca, nesse porto (in)seguro, com o ônus da *via crucis*⁴ e da (re)vitimização, em que, por vezes, a cultura sexista, com nuances patriarcais e seu avesso resistente relacionam-se a (in)visibilidades, (in)subordinação e (im)punidades e tornam os(as) envolvidos(as) reféns e/ou sujeitos de determinados acontecimentos.

A epígrafe, com fragmentos das canções de Caetano Veloso (1984, 1986), dão ciência da complexidade dessas violências em contexto de

⁴ *Via crucis* termo utilizado para a longa “peregrinação” pelas instituições por parte de quem vivencia violência e vem do latim *Via Crucis*, “caminho da cruz” é o trajeto seguido por Jesus carregando a cruz, que vai do Pretório até o Calvário. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Via_Crucis. Acesso em 5 de ago.2017.

declaração de amor permeada por ambiguidades e subjetividades diversas. E nas cenas descritas nas entrevistas, os acontecimentos vão trazendo à tona representações de gênero e de violências nas relações de poder, no contexto dessa complexidade, na esfera conjugal.

[...] Eu casei porque eu acho que **se eu não casasse com ele**, por isso que eu falo pra você que deve ter alguma coisa além dessa vida, **eu acho que eu morria**, primeiro porque ele era lindo, eu acho que fui iludida, mas ele era tão bonito o pai dos meus meninos, e hoje se você ver ele você diz “aquela mulher mentiu”, ele é um ogro, feio, mas ele era lindo, tinha uns olhos azuis esverdeados, um sorriso, uns dentes[...]. As mulheres mexiam com ele na minha frente na rua de tão bonito que ele era. [...] eu achava que ele era **meu príncipe encantado**. [...] E ele **tinha uma fixação em cima de mim** que era fora do comum. (Grifos meus) (Sra.Margarida, vivenciou violência, entrevista 2016)⁵

A Sra. Margarida, classe média para alta, branca, com 50 anos, vive de aluguel, casou-se com vinte e um para vinte e dois anos, namorou, terminou, depois voltou. Menciona que a mãe dela não desejava a união, “tanto que eu só casei no civil porque a minha mãe nem foi no casamento porque ela já não ia com a cara dele. A primeira coisa que uma mãe fala pra você: ‘minha filha não casa com esse cara, meu coração está falando, você não casa não, porque a mãe sabe’. A única pessoa que foi ao casamento dela foi o pai. Acredita que “começou tudo errado, ele enfrentou o meu pai, a minha mãe, ele respondeu quando ele era novinho, dezoito anos, eu achei o máximo: “está me defendendo”. Porém, avalia que se ele teve a coragem de passar por cima do pai dela, da mãe, com xingamentos, ele seria capaz de fazer qualquer coisa. “Mas hoje eu vejo, na época eu tinha dezessete anos e achava que ele estava me protegendo, me defendendo, um ano só mais velho”.

Certa vez a Sra. Margarida e a amiga iriam sair com ele “a gente estava esperando pra arrumar, eu lembro muito bem, e a gente escolheu roupa e ele na sala esperando, ele não teve paciência e invadiu o quarto: ‘eu não vou

⁵ Entrevista realizada, em 02 mai. 2016, com Sra. Margarida, dois filhos, classe média alta, 57 anos, viveu violências com dois maridos, atendida pela Polícia Militar, IML/HC/ UFU e pela Delegacia de Mulheres, duração 2h 20 min.

esperar vocês mais não [...]’. Isso me assustou, também, só que passou”. Pondera ainda que “eles contam quem são, a gente é que fica iludida. Contando sobre o início do relacionamento “primeiro eu queria saber onde eu estava entrando e ele estava acostumado com essas mulheres que ele já ia pegando e pronto. Hoje, se eu conversar com um cara cinco minutos eu sei direitinho quem ele é, mas mesmo assim eu caí de novo”.

Nessa época, a Sra. Margarida menciona emocionada, “eu já devia ter feito tudo, mas depois é o perdão, é pelo amor de Deus, você acredita, foram onze anos acreditando”. Sobre sua criação, reforça: “eu falo que isso também é mãe, a minha mãe criou a gente pra ficar casada, minha mãe aguentou todos os tipos de humilhação e depois ajoelhava no chão pedindo pra eu separar dele. Um dia eu joguei na cara dela “você não deu o exemplo, agora quer que eu separe?”. Considera que “os pais são responsáveis também pelo que a gente faz”. E afirma:

[...] eu **não gosto desse homem** de jeito nenhum, mas eu sou **obrigada** agora **a cuidar dele**, devido a forma como **fui criada**, aquele negócio que você tem que ter a responsabilidade, **até que a morte nos separe**. Depois disso, ele continuou sendo a violência que ele foi e me fez mudar o meu pensamento de novo, porque **se ele tivesse transformado ou mudado às vezes eu até conseguiria conviver com ele o resto da vida**. Mas não, ele continuou do mesmo jeito, violento, agindo por trás e me roubando junto com a família dele. Fiquei na justiça por sete anos, meu advogado ficou com um dos terrenos aqui e o dele também com um, ele deu um pra cada um e acabou com todos os processos e eu tinha todas as provas. (Grifos meus)

A narrativa demonstra implicações da sua criação, da religião e crença na mudança do outro. Conforme ela informou, “a mãe dele vinha parar aqui dentro da minha casa, agora pensa uma mulher que entrava no meio dizendo que ele era uma pessoa maravilhosa, e ele apaixonado por mim”. Destaca os sentimentos de ilusão e vergonha, a partir da anterior idealização do outro.

[...]no começo sempre tudo é bonito [...] porque era aquele cara que chegava como se fosse um **príncipe na sua vida te oferecendo tudo**, eu viajava muito com ele, ele **não deixava eu trabalhar que ele queria que eu viajasse com ele**, eu dirigia muito bem e ele era **manguaceiro, ele tomava duas garrafas de vinho por noite toda noite, fora o resto quando saía**. Então eu que dirigia pra ele, então ele podia ficar à vontade, eu que tinha que ficar segurando ele nos lugares porque ele era o **“fino”** [ironiza] **que enchia a cara**, passava **vergonha**

e eu tinha que **trazer pra casa igual criança**. Aquilo estava me matando, como que você vive, eu era **empregada** de luxo, uma **puta de luxo**, isso que eu era na vida dele porque eu **não tinha direito a nada e tinha todo o trabalho**. Ele me chamou pra ir pros Estados Unidos, mas porque eu tinha que **cuidar dos filhos dele** lá, eu que tomei conta do menino o tempo todo lá. (Grifos meus).

Conta que ele tratava mal as pessoas estranhas e “ele fazia e achava bonito isso”. Diz que “fui moldando ele: ‘eu não vou sair com você se você fizer assim’, ele ficou com medo porque eu não ia, ele sabia como que eu era”.

Quanto às representações de gênero e violência, podem ser identificadas nas histórias expostas por meio dos fragmentos acima, e os indícios de abusos desde o início do relacionamento por parte de um masculino que demonstra virilidade pelo poder de imposição e do controle, com a bebida como potencializadora. A representação da violência como cuidado com o outro, sentir-se especial e acreditar que a vida sem o outro significa a morte. Convive com a representação do homem como “príncipe encantado”. Evidencia o poder de fala da mãe rígida e o tipo de criação em que foi socializada, repetindo em alguns aspectos a história da mãe e os processos de reprodução das representações de gênero.

Na espiral da violência, o perdão, a crença na mudança e no poder de moldar o outro, permanece por onze anos acreditando na representação “até que a morte nos separe”. E a mulher boa é a que cuida, mesmo “sem direito e com todo o trabalho” e a sensação de ser usada.

Esses dados permitem algumas reflexões. Conforme Gregori (1993, p. 130), há diferenças entre o relato das mulheres que vivenciam padrões ditos tradicionais de conduta e o das que buscam padrões considerados modernos. Segundo a autora, as primeiras falam da violência sofrida por meio da contraposição da moral vigente, aceita, inquestionável, com a desobediência, a infração, a distorção, as fraquezas na conduta do outro perante essa moral. As segundas veem o problema sob a óptica do direito à liberdade, à igualdade, violado pelas práticas violentas. No entanto, ao vivenciarem relações violentas, os dois grupos parecem acionar recursos característicos da queixa:

culpam o outro, vitimam-se e reivindicam amparo, proteção e cuidado. A Sra. Margarida, por exemplo, deposita no outro os desdobramentos e as possíveis soluções da relação para “continuar uma vida inteira”.

A imagem do “príncipe encantado”, ainda no séc. XXI, é recorrente, demonstram as entrevistas. Impactada, em sua subjetividade, pela sociedade de sua época de formação familiar religiosa. Entretanto, no espaço eleito para nosso estudo, foi constituída pioneira Escola de Princesas de Uberlândia, em 2013, que pode ser exemplo de sociabilidade com determinada visão de funções e *performances* para mulheres. A Escola, com slogan “todo sonho de menina é tornar-se princesa”, constitui um projeto que tem o objetivo de “oferecer serviços de excelência que propiciem experiências de natureza intelectual, comportamental e vivencial do dia a dia de uma realeza, para meninas entre 4 e 15 anos, que sonham em se tornar princesas”⁶. Entre os produtos e serviços mencionados, há atividades teóricas e práticas de comportamento (etiqueta, postura, oratória, organização) e também intelectuais (conhecimentos globais, relações interpessoais, política, sustentabilidade e ações sociais, entre outros). Há eventos e festas para proporcionar férias, chás, encontros, aniversários, tardes de princesa. A Escola foi replicada em Minas Gerais, além de em Uberlândia, também nas cidades de Uberaba e Belo Horizonte, e em São Paulo, com perspectiva de tornar-se referência mundial. Mesmo que a Sra. Margarida não tenha sido socializada por ela, a constituição desse tipo de Escola trata de representações permanentes.

⁶ Mais sobre a Escola de Princesas disponível em: <http://escoladeprincesas.net/ws/#a-escola>; <https://pt-br.facebook.com/escoladeprincesas>; <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/escola-em-uberlandia-ensina-modos-de-princesas-a-meninas-conheca-a-historia/>; <http://noticias.r7.com/minas-gerais/mineira-monta-escola-de-princesas-em-uberlandia-mg-para-ensinar-etiqueta-para-meninas-11072013>; <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/mgtv-1edicao/videos/v/empresaria-cria-escola-de-princesas-em-uberlandia-mg/2325599/>; <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/escola-de-princesas-em-uberlandia-supera-expectativas-de-professora.html>; <http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento.escola-de-princesas-ensina-etiqueta-culinaria-e-organizacao-de-casa-a-meninas-de-4-a-15-anos.10000081544>. Acesso em 10 julho 2017.

Apesar da adesão, elogios, ou solicitações de vagas na fila de espera, há resistências e críticas, como em performances culturais que a ironizam. Ou seja, verifica-se a disputa por representações sobre gênero, como mostra a figura a seguir.

Figura 1 *Performance* em Praça Pública em resposta aos “valiosos ensinamentos” apregoados pela Escola de Princesas de Uberlândia, 2013



Fonte: redes sociais digitais, quando, em 2013 estudante de teatro da UFU compartilhou

As publicações polêmicas sobre a Escola, cujos princípios são direcionados somente às meninas e não aos meninos, dicotomizando os espaços e funções para o masculino e feminino no séc. XXI, e não nas décadas de 1960 e 1970 do séc. XX, causaram manifestações nas redes sociais digitais, e na imprensa local, regional e nacional, tanto a favor da Escola quanto com questionamentos sobre sua proposta, num debate entre educadores(as), mães das meninas que frequentavam, feministas e representantes dos movimentos de mulheres e pessoas de outros setores. Entende-se que os veículos de comunicação instituem, constituem e são meios de produção e reprodução de representações sociais, com a influência das publicações em massa, cuja seleção de quais histórias e de como contá-las não é neutra, dentro da comunidade e sua relação com atitudes aceitas, incorporadas ou alteradas e como essa apropriação se estabelece. Também se verifica o peso da tradição, via memória, reminiscência, metáforas, paródias, frases de efeito, expressões (na linguagem e nos gestos), enquanto movimento de resistência, profanação,

adaptação, permanência, continuidade, como dialogar com as estereotípias e as noções que determinados termos vão assumindo, nesse processo.

Puga (2015, p. 525-541) produziu artigo em que abordou o ensino religioso feminino e masculino, em escolas nos anos de 1960, 1970, e escola técnica para educação familiar na região do Triângulo Mineiro, de modo a avaliar a tentativa de retorno às desigualdades, dicotomias e funções naturalizantes com a Escola de Princesas constituída em Uberlândia. Por um lado,

A preparação de mulheres em escolas especiais, sejam religiosas, técnicas ou de conhecimentos informais, traz à tona uma sociedade brasileira que se vê de tempos em tempos retornando aos chamados “bons costumes”, “fino trato”, aulas de “socila”, curso existente nos anos de 1960 e 1970 que ensinava as moças a andarem, sentarem, falarem, etc. [...] O retorno ao que existiu, à dependência e submissão feminina ao masculino, à volta da mulher ao lar, para a educação dos filhos e cuidados da casa e marido ou companheiro estão presentes no nosso cotidiano deste século [...] (PUGA, 2015, p. 539-40)

Por outro lado e sem pretender anacronismos temporais, com outra representação de mundo e dos femininos, produtoras de filmes e desenhos animados têm estampado nas telas mulheres guerreiras, não estereotipadas, autoconfiantes, líderes que abrem mão de príncipes para despertá-las para a vida, ou mesmo se casarem para se sentirem realizadas e também de tarefas tradicionalmente construídas como do universo feminino.

Uberlândia expressa circularidades culturais e é espaço de disputas por permanecer e ou abolir determinadas representações de gênero, como outras localidades. Assim, em países como o Chile, em 2016, verificaram-se, de modo semelhante, ações para Desaprincesamento⁷, tendo em vista autonomia e empoderamento das meninas e mulheres adultas, igualdade na diversidade, autodefesa. Com o desafio de mudar a realidade das meninas que viviam nesses locais, surgiu a oficina, inspirada em projeto dirigido a mulheres

⁷ Mais sobre Cursos de Desaprincesamento no Chile, consultar <http://www.geledes.org.br/curso-de-desaprincesamento-esta-empoderando-meninas-no-chile/>; <http://qga.com.br/comportamento/mulher/2016/10/curso-de-desaprincesamento-esta-empoderando-meninas-no-chile>; <http://www.revistapazes.com/2457-2/> Acesso em: 30 de dez. de 2016.

adultas em Bilbao, na Espanha, o Faktoria Lila. Como a ideia teve adesão, o grupo foi convidado a replicar a experiência em outras cidades chilenas e também em Lima, no Peru.

Na contramão das representações de princesas passivas, instruídas para servirem, a Plan Internacional⁸, no nosso contemporâneo não linear, em 2017, lança projetos para autonomia de meninas. A Pesquisa realizada pela Plan sobre Por Ser Menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências⁹ ouviu 1.771 meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do país (Pará, Maranhão, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul), constatou desigualdade e que a dupla jornada feminina se inicia na infância, mais presente na zona rural.

Ou seja, compartilha-se e naturaliza-se a ideia de que, desde cedo, cabe às meninas a função de cuidadoras, inclusive pelos brinquedos e brincadeiras estimulados e direcionados. Segundo pesquisa realizada por Muniz e Sant'Anna, em Goiás, inspiradas em Foucault (1987), no que tange aos corpos “[...] a escola operou na produção/reprodução da partilha cultural de gênero, que divide corpos e os opõe entre si e responde pelas relações assimétricas entre os sexos”. Na pesquisa, acessam “[...] condições de produção do atendimento escolar [...], vincado pelo propósito civilizador e pela lógica binária de gênero”, bem como analisam algumas “[...] estratégias e técnicas discursivas mobilizadas na/pela legislação escolar de modo a modelar, a

⁸ O objetivo central do projeto Escola de Liderança para Meninas, desenvolvido em parceria com o Instituto C&A, é empoderar as meninas para a prevenção das violências baseadas em gênero, desenvolvendo suas habilidades para a vida, seus conhecimentos sobre direitos e promovendo participação cidadã, com ações de incidência para promover o direito à vida sem violências, com módulos como Identidades e Desigualdades; Direitos Humanos, Democracia e Participação; Empoderamento e Liderança; Liderança e Participação Feminina.

A Plan é uma organização não-governamental humanitária, presente em 70 países, fundada em 1937, em Londres. Para conhecer detalhadamente seus projetos e pesquisas, encontram-se disponíveis em <https://plan.org.br/escola-de-lideranca-para-meninas> e <https://plan-internacional.org>. E sobre a pesquisa com amostragem 2013 Por Ser Menina no Brasil veja: <https://plan.org.br/o-estado-das-meninas-no-mundo-2013>. Acesso em: 10 jul. 2014.

⁹ Dados completos em reportagem <http://oficinadeimagens.org.br/o-que-e-ser-menina-no-brasil-desigualdade-de-genero-desde-a-infancia/> e no site oficial da Plan anteriormente citado. Acesso em: 10 jul. 2017.

produzir corpos dóceis e úteis, isto é, educados e civilizados segundo a perspectiva da partilha desigual de gênero: meninas pra lá, meninos pra cá”. (MUNIZ e SANT’ANNA, 2010, p. 79).

Os resultados da análise dos dados permitem afirmar o prejuízo quanto à diferença em termos de cooperação nas atividades domésticas e desenvolvimento de meninas e meninos. Interessante, pois que tais tarefas são realizadas com membros superiores e não com a genitália, mas ainda assim prevalece o construto de reservá-las, predominantemente, às mulheres. Como consequência ficam mais sobrecarregadas, desde tenra idade, como ressaltam as senhoras Margarida e Consolida (vivenciaram violências, entrevistas 2016), sobre suas trajetórias, ausentando-se mais da escola por terem que cuidar de alguém e deixando de viver plenamente a fase de construção de saberes e das relações sociais. Compreender a família como comunidade e não como *locus* onde uns fazem “favor” aos outros é desafiador, mas necessário para a emancipação de mulheres e a também inserção de homens com corresponsabilidade e considerando que, a despeito da cultura sexista, eles têm direito a ser cuidadores e essa negociação pode ser politicamente praticada para realizações igualitárias entre os gêneros. A Sra. Margarida reclama: “eu não tinha direito a nada e tinha todo o trabalho”, com a sensação de desvalorização.

Algumas vivências conjugais, como as deste estudo, são marcadas por ódio e violência maximizadas. Baptista (2012) aponta que haveria a existência de ciclos que vão desde a tensão geradora de impasses, discussões e agressões morais e físicas até a intitulada “lua de mel”, em que o parceiro, na tentativa de manter o relacionamento e o poder sobre a autoestima e capacidade de visão acerca das reais condições que ali se estabelecem, coloca-se na função de galanteador, envolvendo a parceira com promessas de mudança. Desta forma, algumas mulheres se agarram à esperança de que as fases de tensão seriam finalizadas, restando apenas os bons momentos, sem seguir adiante no término da relação e, assim, como mencionado anteriormente, algumas das

entrevistadas permanecem por décadas em relações conjugais com a presença da violência.

No entanto, compreender essas histórias, representações e disputas por representações requer, também, a adoção do entendimento do contexto histórico dessas narrativas. No diálogo com Passerini, ao promover discussão sobre a historiografia, a história de gênero e de mulheres; gênero, sexo e poder; sobre a ficção de um feminino estável e as influências da história de mulheres na história oral, ratificam-se questionamentos de como as falas de homens e mulheres aparecem nos registros das instituições pesquisadas, problematizando-os. Como as diferenças são construídas, verifica-se as mediações. As mulheres, na sua diversidade, não são recipientes, seguidoras de uma vanguarda. Há ambivalências e necessidade de combinar gênero a outras categorias de diferença, como geração, corpo, cor, cultura e religião, no processo social. O pertencimento de gênero pode ter significados diferentes. A insuficiente categoria “mulher” mescla diversas identidades de gênero. Mulheres e homens não são categorias abstratas e universalizantes (PASSERINI, 2011).

No que diz respeito às dificuldades de algumas de encerrarem esses relacionamentos, Marques (2005) complementa que, além da ambivalência de sentimentos que pode dificultar a tomada de decisão, há possibilidade de elas se encontrarem fragilizadas pelas violências, num quadro de vulnerabilidade psíquica (D’OLIVEIRA, SCHRAIBER, FRANÇA-JÚNIOR, LUDEMIR, PORTELLA, DINIZ, COUTO E VALENÇA, 2009).

Pesquisas apontam que, entre os fatores mais comuns e que influenciam para impedir que deixem parceiros, estão: baixa autoestima, crença de que agressões são resultado de seus próprios comportamentos e posturas assumidas no relacionamento, sentimento de impossibilidade de arcar com as despesas e cuidados dos(as) filhos(as) e convicção de que ninguém será capaz de ajudá-las a sair da situação (WHO, 2011, citada por BAPTISTA, 2012).

Outros estudos interdisciplinares e feministas (SAFFIOTI, 1994, 1995; DELGADO, 1995; SILVA, 1999; REICHTMAN, 2001; FRAGA, 2002; ALMEIDA, 2004; CARMO, 2010) têm revelado, assim como o nosso, sobre a complexidade da violência conjugal e doméstica, seguindo, em geral, uma espiral com especificidades para cada relação, que pode e deve ser rompida, composta, em vários casos, por três fases, ou seja, a tensão, a agressão e a “lua de mel”.

De modo mais desenvolvido, como permitiram a análise dos dados das entrevistas, a tensão caracteriza-se por agressões verbais e aparentemente menores, crises de ciúmes, destruição de objetos e ameaças. A pessoa ofendida procura acalmar o(a) autor(a) da agressão, evitar discussões e vai se tornando cada vez mais submissa e amedrontada, muitas vezes sente culpa e se acha responsável pela situação de violência sofrida. No caso das mulheres, elas costumam relacionar ao cansaço e à bebida as atitudes agressivas e violentas praticadas contra elas.

A explosão marcada por agressões verbais e físicas graves e constantes provoca ansiedade e medo crescente. É a etapa mais aguda e costuma ser mais rápida que a primeira. Por fim, a “lua de mel”, em que, depois da violência física, o(a) autor(a) da agressão costuma se mostrar arrependido(a), sentindo culpa e remorso. Jura nunca mais agir de forma violenta e se mostra muito apaixonado(a). Cada história tem seus momentos: ata, reata e desata nós.

Há, ainda, estudos que pontuam que algumas dessas mulheres apresentam dificuldades por conta de questões relacionadas à sua constituição psíquica, como, por exemplo, a vivência de conteúdos não elaborados por meio de “heranças transgeracionais”, repetições de dinâmicas vividas anteriormente, a dependência exagerada ao ambiente, entre outros (MANDELBAUM, SCHRAIBER, D’OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, a Sra. Margarida menciona: “a minha mãe aguentou todos os tipos de humilhação e depois ajoelhava no chão, pedindo pra eu separar dele”, ou mesmo na própria trajetória com a mesma pessoa ou com outra: quando “casei de novo e acreditei [...] a gente repete a história, mas dessa vez não era pra nunca acontecer isso.

A gente vai e olha tudo mesmo sobre a vida da pessoa e mesmo assim eu caí na mesma história. Isso é horrível. Eu queria entender por quê”. E então se justifica com os sentimentos: “você é boba e fica com dó [...], a família dele era eu, até voltar comigo eu acreditei, não adiantou nada, no outro mês estava fazendo tudo de novo”.

Quanto às representações de violência conjugal, a Sra. Margarida reconhece como “doença”, no casamento que a empobreceu: “roubou tudo que eu tinha. Casei com dois homens muito ricos e eu fiquei sem nada [...]”. Os tipos concebidos de violências: “eu apanhei dele desde o primeiro ano de casamento, no namoro não, ele era meio violento, mas não chegava a tanto: começou com agressões, humilhações, porque não era só agressão física; você acha que está sendo seu amigo e usa qualquer fragilidade sua e fraqueza contra você [...]”, o que lhe causa tristeza. Por outro lado, a violência é minimizada: “só que todo mundo pensava que era só por causa da agressão que eu estava separando, tinha outras coisas piores no meio”. E, na espiral, foram 22 ocorrências de agressões que ela fez e muitas que não registrou. E a vergonha reaparece, mas por parte da mãe dela, quando a filha foi convidada a conceder entrevista em rede de TV devido à quantidade de ocorrências realizadas e a mãe “sumiu com a entrevista”. Percebe-se a tentativa de manter no privado os episódios de violência, porém a Sra. Margarida “não ligava” e até contava com orgulho de visibilizar e “lavar a roupa suja” em público, ao contrário do dito popular, cristalizado na cultura. O que para as classes sociais favorecidas é menos comum.

Relatos explicitam o ritual de (des)continuidade, como no relato da Sra. Orquídea (vivenciou violência, entrevista 2014), vítima de agressões pelo esposo “Psiquiatra de renome, endinheirado”, possessivo, ciumento, violento e doze anos mais velho, e também agressões à filha da esposa, enteada dele. Diante os mesmos fatos, mãe e filha entrevistadas, interpretam de modo bem diferente as violências. A mãe da Sra. Orquídea a tirou de casa quando ela engravidou aos 23 anos, para o pai não saber, e a fez morar com a tia, que namorava com um alcoólatra, com o qual transava na janela, e ela ouvia tudo.

O bairro da casa da tia era muito violento e a casa sem infraestrutura era precária. A Sra. Orquídea mora desde 1992 com o esposo, que é usuário de maconha, álcool e *ecstasy*, e seus filhos, pelo exemplo dado, também utilizam. O marido é médico e a agrediu fisicamente por duas vezes. Ela uma vez ameaçou chamar a polícia e ele, por ser médico, preferiu não bater nela mais, com receio da divulgação do fato. Continuou a agredi-la psicologicamente e ela tentou suicídio. Ele a expulsou do quarto e há dois anos vivem em quartos separados. Ele vivia expulsando-a do quarto e ela fazia toda a mudança para outro quarto¹⁰.

Em outra entrevista, a Sra. Camélia (vivenciou violência, entrevista 2016) também menciona, diante de gravidez indesejada, solteira, com apenas cinco meses de namoro, ter sofrido violências psicológicas do pai da criança e da mãe dele: “o pai do meu filho mais velho, quando engravidei, ficou muito feliz, pois gostava de mim, mas estávamos terminados e eu não gostava dele. A mãe dele interveio e disse que o filho não deveria ser dele e que tinha que fazer um DNA”. A Sra. Camélia ficou indignada, pois “eles queriam fazer o exame com ela grávida em outra cidade, para que ninguém em Uberlândia soubesse por conta da família dele ser importante, tradicional e conhecida. Acho que eles queriam era que eu abortasse, como já o fizeram com outra anteriormente”¹¹.

¹⁰ Entrevista realizada, em 13 nov., 2014, com a Sra. Orquídea, 52 anos, terapeuta ocupacional, com 2º grau em técnica agrícola, cuidadora de idoso, religião Espírita Kardecista, filha de militar, foi abusada por cunhado, está no segundo casamento com união estável há 22 anos, teve 1 filha de 27 anos do primeiro relacionamento e 1 filho de 20 anos no segundo, e Sra. Glicínia, 27 anos, respectivamente mãe e filha (a filha dela é registrada no nome dos avós), vivenciam violência pelo esposo e padrasto e reciprocamente mãe e filha. O esposo é médico psiquiatra conhecido em Uberlândia, boa condição financeira, Espírita, segundo ela faz uso de droga ilícita e a filha também. Indícios de alienação parental. Elas foram atendidas na SOS Mulher e Família de Uberlândia, com duração de 1h 57min. (2 pessoas entrevistadas), na SOS Mulher e Família de Uberlândia. OBS: A pesquisadora teve acesso ao prontuário de atendimento da Sra. Glicínia no SOS. A entrevista seria individual, mas a filha desejou participar para relatar violências por ela também vivenciadas e não me opus.

¹¹ Entrevista narração de próprio punho (por opção dela), realizada em 23 jun. 2016, com Sra. Camélia, 43 anos, casada há 21 anos, 2 filhos, “sendo um de cada pai” (menção dela), classe média baixa, considera-se gorda, atuou como bancária por muitos anos e largou a estabilidade para acompanhar o esposo em mudança de trabalho e cidade, foi corretora de seguros, atualmente desempregada e faz alguns “bicos”, Católica, graduada em Secretariado Executivo, viveu abusos sexuais por parte de

No episódio com a Sra. Margarida, ela tinha feito todo tipo de ocorrência, “mas nunca pegaram ele, foram 22 denúncias”. Entende que isso ocorria “pelo fato dele ser rico e o irmão amigo de detetives”. E, depois das agressões, “ele pedia desculpas e eu voltava”. Em outro relacionamento, ela menciona que voltou com ele por quatro vezes, “além das agressões, a mãe dele atrapalhava”, disse.

Portanto, a espiral de situações ocorre nas supostas “melhores famílias”, colocando abaixo a perspectiva elitista e arrogante que pretende reservar às classes menos favorecidas tais problemáticas, cuja luta aparece nos dissensos.

E, desse modo, a Sra. Camélia prossegue contando sobre seu relacionamento. Ela está casada há 21 anos e teve uma filha, que na ocasião do atendimento estava com 13 anos. O esposo, de acordo com ela, é “um marido de baixa autoestima, ciumento e brigão. Foi mulherengo e utilizou drogas. Brigamos muito e nos separamos umas doze vezes”. Na concepção da Sra. Camélia, “não teve violência física, mas teve humilhação e vários episódios”, segundo ela, “de brigas cinematográficas, em que acabavam em perseguições de carro”.

No entanto, menciona que ele quis jogá-la “do segundo andar da boate, no meio da pista, a pegando pelos cabelos e as pessoas ficavam horrorizadas, pelo ódio nas palavras e olhar dele”. Ou seja, na historicidade de violência, para ela, a física se concretiza mais explícita.

Nessa (des)aventura, a Sra. Camélia acrescenta que “ele virou o carro em plena avenida com os filhos” dela e a dele, “um com nove e a filha nem um ano tinha”, tendo ela que “sair correndo e pegar carona com estranhos”. Ele a “xingava na frente dos outros”, esbravejando que a sogra a humilhou e que a “filha poderia não ser dele”. E “a filha é a cara dele”, destaca no depoimento.

parentes na infância e adolescência, vive episódios de violências com quem se relaciona, tendo se separado algumas vezes e por pouco tempo dele e retornado, não foi atendida em instituição, duração de 2h, na residência dela.

“Ele bebia e ficava louco, queria brigar com os seguranças na boate”. E ela, pondera, era “muito boba e o enfrentava”. Dizia que “ele estava bêbado e indo ao banheiro pra se drogar e ele se exaltava e brigava mais” com ela. Afirma que “ele se drogou com o irmão dela, que acabou em uma tragédia” e que “o irmão deu um murro na boca dela, tendo que fazer canal no dente da frente” devido ao sangramento. O filho dela estava perto, nesse episódio, e ela “dormiu num Motel com o filho, neste dia”. Não tinha a filha ainda.

Sobre drogas ilícitas, a Sra. Camélia encontrou cocaína na carteira do atual marido por duas vezes e ele “mentia dizendo que era para os outros”. [...] “Ele nunca assumiu ter sido usuário de outros tipos de drogas”. Uma vez fez ocorrência, “mas não deu em nada”, nem buscou a sua via, achou na época desnecessário. Nestes 21 anos relata que “nunca fui pra cama com outro, mas dei uns beijos e só”. Ela tenta se separar do atual marido, mas ele não a deixa e ela está se “conformando e aceitando a relação”. Ele diz que ela é muito exigente e que com outro ela acharia defeitos também.

Quando o foco da análise são acontecimentos que fazem parte da espiral da violência, surgem ações que extrapolam o âmbito privado e impactam o permanecer ou sair da situação. Por exemplo, as ações das instituições que fazem parte da Rede de Prevenção à Violência: não tomar as providências previstas em lei, falta de acolhimento da pessoa agredida e de compreensão da complexidade dessa violência.

A representação sobre violência da Sra. Camélia, contraditoriamente, desconsidera, como componente significativo da violência, as descaracterizações que lhe são feitas e perseguições, supervalorizando a violência vermelha, física, aquela que deixa marcas corporais.

Mas, continuando a discussão sobre a espiral da violência e as representações ali presentes, cabe registrar que a Sra. Lisianthus (vivenciou violência, entrevista 2016) esforça-se para sair do circuito tensão, agressão e lua de mel. Ela mora na casa da avó, com o filho mais novo, e a mais velha mora com a família do pai. Começou a namorar o pai dos dois filhos quando tinha 15 e ele 29 anos, 14 anos mais velho. Ela enfrentou a família para ficar

com ele. Analisa que talvez quisesse um “pai”, pois o dela sempre foi ausente e seus pais são separados. Inicialmente, o namorado fazia tudo o que ela queria: saía, dava apoio, mas acrescentava não ter perdido a virgindade com ele. Namorou cinco meses, ficaram noivos e foram morar juntos, por insistência dele e porque ela estava apaixonada. Uma vez ela se intrometeu em uma discussão dele com a mãe por causa da filha dele de 10 anos (ele foi casado com outra) e levou um tapa no rosto. Depois ele se arrependeu e pediu desculpas e ela o aceitou de volta. Em uma das vezes, ele mandou um buquê de flores no seu trabalho e ela retornou. Ela estava morando com o pai, que falou que, se ela voltasse, não iria mais apoiá-la. Depois desta agressão eles sempre discutiam e ele dava tapas no rosto e murros nela: “larguei várias vezes e voltei”.

Tanto na narrativa da Sra. Camélia quanto na da Sra. Lisianthus e de outras, a sexualidade feminina presente, associada à culpa quanto à perda da virgindade, esse construto sociocultural, não foi “perdida com o esposo”, ou se suspeita que não tenha sido, o que não aparece como argumento em relação aos homens. Talvez também por isso, nas entrevistas, algumas mulheres enfatizam o fato de terem filhos com outros homens, como se não fosse suficiente mencionar a quantidade de filhos que possuem. Portanto, esse fato pode ser ponto de discórdias e conflitos violentos no relacionamento, especialmente quando a mulher é vista como objeto de posse.

Conforme a Sra. Lisianthus, ele bebia muito e, toda vez que brigavam, ela deixava a filha na casa da sogra e saía, até que deu a filha para a sogra cuidar. A sogra não intervinha nas brigas, para não perder a neta. Ficou grávida de outro filho e aos sete meses o esposo a largou, dizendo que ela estava muito feia. Ela brigava com ele e ele pôs fogo nas roupas e coisas dela, por três vezes, para que ela fosse embora. Ela foi trabalhar em uma empresa de transportes e o escritório era na casa deles e o caminhão dele prestava serviço para esta empresa. Ela era muito humilhada em certas ocasiões, e as agressões físicas diminuíram, mas as verbais, não. Ele a sufocava, pois dependia dela para tudo, por não ter estudo, pois tinha somente a 4ª série. Ela

ficou cansada das humilhações e se separou. Começou a namorar com outro e ficou com ele 1 ano e 5 meses, o filho ficou morando na avó dela. Ela descobriu que este namorado a traía e terminou, o ex-marido queria voltar e ela não voltou. Ele uma vez ameaçou com uma arma o namorado dela, e ela registrou um Boletim de Ocorrência na Polícia Militar. Ameaçou a sogra também. Ele deu um tiro nela, mas não pegou. Ela já pegou uma faca para matá-lo. A filha participou de uma briga do casal e ficou uma semana sem voz. Um amigo, junto com o ex-esposo tentou atropelar a mãe dela¹².

Em alguns casos, o tom da relação põe em risco uma das partes ou compromete significativamente a vida dos(as) filhos(as). A obra “Morte em Família” (CORRÊA, 1983) expõe sobre crimes de paixões e construtos sociais e culturais que os envolvem. E, nesse sentido, a Sra. Anémona (vivenciou violência, entrevista 2016) conta com dor e pesar que teve a filha assassinada¹³ aos 17 anos pelo namorado, em dezembro de 2014. A filha e o genro moravam juntos em sua casa, mas brigavam muito e terminavam e retornavam. Até que eles voltaram e, pensando em morar juntos e alugar um apartamento, foram morar na casa de uma amiga. O genro nunca deu sinal. Está foragido e não foi preso. A entrevistada morou por 10 anos com um homem, que começou a namorar aos 14, 8 anos mais velho, segundo ela “mulherengo”, relacionamento também de idas e vindas, pai da jovem assassinada. Estava separada há 15 anos e a filha morava um tempo com um e depois com outro, de acordo com a conveniência dela. Teve outro

¹² Entrevista realizada, em 13 jun. 2016, com a Sra. Lisianthus, 25 anos, do lar, desempregada (foi vendedora de roupas e trabalhou em escritório), dois filhos (uma de 6 anos que reside com avó paterna e um de três anos que reside com ela e avós maternos), 1º- colegial completo, classe média, branca, Evangélica, simpatizante da Shalom e do espiritismo, pai dela foi ausente e violento com a mãe, pais dela separados e mãe dela casou-se de novo, começou a namorar nova e namorado faleceu em acidente, com 5 meses de namoro, ficou noiva e foi morar junto com ex-marido (ela com 14 anos e ele com 29), foram 8 anos de relacionamento, viveu com ele violência (espancamentos, humilhações, destruição pertences, ameaça de morte) com ex-marido, ele trabalha com caminhão de petróleo e tem até a 4ª série e possui dois filhos com ela e um com outra mulher e com Sra. Lavanda (mãe dela chegou durante entrevista e fez comentários revelando apoio à filha com representações diferentes quanto a romper o espiral de violências, mas não participou da entrevista na íntegra, pois combinada somente com a filha), ela teve gravidez precoce aos 14 anos e tumultuada dessa filha e quase a perdeu, duração de 2h, na residência da mãe dela.

¹³ Recomenda-se assistir a um documentário baseado em fatos reais: Amor?, de João Jardim, 2011, Brasil, 1h30.

relacionamento, com um homem bruto, que dava uns murros nela, e agora está com um homem 10 anos mais velho e mais companheiro. Filhos não moram com ela. Essa história carrega histórico geracional de violências na família de origem da filha assassinada. A Sra. Anémona deseja justiça em relação ao assassinato¹⁴.

Na apresentação de seu livro “Violência de Gênero – Poder e Impotência”, Saffioti (1985) esclarece com veemência que o inimigo da mulher não é especificamente o homem, mas toda uma organização social de gênero, alimentada, reforçada, disseminada não só por homens, mas também por mulheres. Todavia, a violência doméstica é levada a cabo predominantemente pelo gênero masculino, ou por quem aparece como opressor(a) na relação, conforme revela a amostragem da investigação. E em alguns casos, elas agredem ou revidam as agressões.

Por meio da análise dos relatos, é possível observar que as vivências conjugais violentas são marcadas pela tensão rotineira e a violência acontece numa escalada que se inicia com os atritos verbais, passando pelas agressões físicas e/ou sexuais, chegando às ameaças de morte e, não raramente, aos homicídios. A violência implica força, nem sempre física, como capacidade de estabelecer limites e exercer pressões na dinâmica da relação. Desse modo, em algumas relações verifica-se a estabilização da violência em um determinado nível e, em outras, ou na mesma, percebe-se, em momentos diversos, a cronificação. Em alguns casos, a tensão permanece por longo tempo, tornando-se ritualizada pelos co-partícipes como forma de comunicação, ainda que perversa e estranha.

Segundo a socióloga Saffioti (1985, p. 43), expressando a sensação de impotência, “a violência masculina contra a mulher pode ser pensada como fruto da necessidade do homem de fazer parecer maior o pequeno poder de

¹⁴ Entrevista realizada, em 01 mar. 2016, com a Sra. Anémona, casada, três filhos, “um de cada pai” (menciona ela). Ela é mãe de jovem assassinada por esposo, em dez. 2014, duração 1h 4 min.

que goza neste tipo de relação”. Há, então, a “exacerbação das condutas denotadoras de poder”, ou seja, a síndrome do micro poder.

Na vida conjugal da entrevistada, a Sra. Alissum (vivenciou violência, entrevista 2015)¹⁵, filha única, mãe doméstica por toda a vida. O pai era violento com a mãe e amoroso com ela. A mãe disse que “ele queria roubar ela e ela teve medo dele. [...] Mãe se casou novamente e com uma pessoa muito boa para elas”. A Sra. Alissum foi educada pela avó, enquanto a mãe trazia o sustento para a casa, foi um combinado entre mãe e avó. Na primeira quinzena do casamento sentiu o machismo e as agressões psicológicas do marido e humilhações. Apanhou várias vezes e ficou 2 anos sem conversar com a mãe, porque a mãe não aceitava a filha passar por isso e não reagir. A mãe dela dizia não ser aquilo que ela ensinou. Começou a namorar com 18 anos, ficou noiva, perdeu a virgindade e a mãe, sabendo disso, a obrigou a se casar logo. Segundo a entrevistada, “ele, por ser machista, começou a dizer para mim que eu não era virgem e que estava me casando com ele para lavar minha honra. Eu não pensava em me casar, queria mesmo me realizar profissionalmente na educação”.

O esposo da Sra. Alissum trabalhava na UFU, na construção civil. Ela se casou e ele ganhou oito dias de folga, mas não ficou em casa, ela ficou só esses dias. Sentiu muita falta da mãe, que sempre fez tudo por ela, estava sozinha. Como queria ser mãe, não tomou anticoncepcional e engravidou com três meses de casada. Durante a gravidez, ele foi companheiro, ela estava mais feliz. Depois que o filho nasceu, começaram os problemas. Mais tarde soube que nos oito dias em que ele chegava mais tarde assim que se casaram, estava ficando com uma das madrinhas do casamento que era amiga da mãe dela. Ele a traía com frequência. Iam mulheres na casa dele procurá-lo e elas

¹⁵ Entrevista realizada, em 23 dez. 2015, com a Sra. Alissum, 52 anos, negra, histórico familiar de origem com violências, Pedagoga com pós-graduação, do movimento negro popular, foi eleita delegada de Conferência para Mulheres, quatro filhos, dois do casamento e dois adotados depois de separada, dois deles na faculdade, viveu violências e foi atendida pela Delegacia de Mulheres, duração 2h 41min., no local de trabalho dela.

achavam que os filhos eram sobrinhos e ele confirmava. Nos eventos dos movimentos populares ele pedia para ela não ficar por perto e a rejeitava: “fui educada para servir o homem”, constata. E, pelo relato, ele fora socializado para ser símbolo de virilidade, o “garanhão” que se enfurece quando se tenta impossibilitá-lo.

Quando a mãe da Sra. Alissum engravidou dela, o pai não queria e ela quis abortar, mas, segundo ela, uma tia prostituta não permitiu. A entrevistada fez tratamento psicológico, por causa da mãe. Quando agredida pelo marido, por uma vez realizou ocorrência na Delegacia de Mulheres. Comenta que ele viajava e ficava meses fora e falava que só a largaria quando ela arrumasse outra pessoa. Ela “arrumou, a mãe a pôs para fora de casa”. Ela foi para a casa de um tio e depois alugou uma casa e o ex-marido ia lá para bater nela. Permaneceu casada por seis anos. A mãe então pediu para ela voltar e morar na casa ao lado da dela. Ele colocou uma moça para auxiliá-la a olhar os meninos e a jovem era namorada dele. Casou-se novamente com uma pessoa seis anos mais nova, que tinha sido casado três vezes e não era agressivo com elas. Mas a Sra. Alissum passou a não ter tolerância e o deixava nervoso e ele a agredia, ele era muito namorador, mais que o outro, e ela muito provocadora e ciumenta. Ele era sapateiro, não tinha estudo. Ficaram juntos somente dois anos. Na época foi bem atendida na Delegacia. A filha é casada, engravidou com quatorze anos e tem dois filhos. O filho se casou e se separou e tem um filho. Assumir a culpa pela violência do outro é recorrente nos depoimentos.

Em relações homossexuais, a espiral também ocorre. Assim, o Sr. Delfínio (vivenciou violência, entrevista 2016) experienciou situações de violência em relacionamento afetivo e homofobia fora do país. Mestre em História, professor, gay, integrante do movimento social em prol de LGBTQs, considera-se “gordinho”, é branco, viveu violências, porém não foi atendido em nenhuma instituição. Conta que ele e o companheiro “terminavam, mas como gostavam muito um do outro, voltavam, até não conseguirem mais e as brigas de bateção de boca eram constantes”. O que atrapalhou a relação com ele

também foi a briga com o pai por ele ser homossexual e o pai não aceitar. Como se percebe, semelhantemente, nas relações heterossexuais com presença de violências, o Sr. Delfínio reforçava os pontos fracos do namorado e ele acabava acreditando, e foi se desencantando e brigavam por tudo. Este namorado, que morava em cidade do ABC Paulista com a família, não assumiu ainda sua homossexualidade e se encontravam escondidos em hotel. Terminaram, pois brigavam muito e se xingavam, não conseguiam nem ser amigos sem brigar. O Sr. Delfínio menciona que ainda gosta dele e não entende por que brigavam tanto. E que, se não tivessem terminado, pelas turbulências, não teria conseguido concluir a pós-graduação¹⁶.

Os relatos evidenciam representações de gênero e de poder orientando condutas. Mostram como cada qual, no seu tempo, lida com a convivência violenta, ritualizada, experimentada com sofrimento, mas também com certos ganhos, conscientes e inconscientes em meio a carência, baixa autoestima, solidão, dependência afetiva ou financeira e valores incorporados.

Ainda sobre a espiral das violências, Melo (2013, p. 236-237) discorre sobre os desafios para rompê-la:

Desfazer o ciclo da violência doméstica, para a mulher, refere-se a um processo que, em grande parte das vezes, representa dor e quebra, uma vez que pode significar a desestruturação de um cotidiano enraizado. Mediante a motivação causada, momentaneamente diante da ação violenta (independentemente de sua forma de expressão) dentro de um **espaço que deveria [...] ser de acolhimento e reprodução de valores que convergem para a proteção e afeto, a mulher vai a busca de uma atenção, quer seja jurídica, de saúde ou assistencial, que lhe ofereça suporte para romper essa lógica. A fragilidade dessa atenção** e, muitas vezes, a ausência de uma ação direcionada e continuada, faz com que a mulher, na maioria das vezes, **opte por desfazer a denúncia**, e, portanto, **retorne à rotina, que, ainda que dolorosa, lhe garante uma (contraditória) estrutura de vida.** [...] Nesse sentido, se faz necessário pensar numa atenção que vá ao encontro dessas necessidades, como a produção da própria renda, o resgate da autoestima, o sentido de existência, e abrindo caminhos para a possibilidade de reconstrução de suas vidas. (Grifos meus)

¹⁶ Entrevista realizada, em 11 jun. 2016, com o Sr. Delfínio, duração 1h 28min., na Universidade Federal de Uberlândia.

Várias entrevistas, como das senhoras Margarida, Alissum, Orquídea, Rosa, Flor e a do Sr. Crisântemo, explicitam como muitas(os) são reféns dos próprios valores na cultura sexista e patriarcal com construtos da sociedade marcada pelo machismo/sexismo e patriarcado, cuja expressão se refere a determinada “forma de organização familiar e social em que o homem é o patriarca” (LIMA e SOUZA, 2015, org. COLLING e TEDESCHI, p. 515-519).

Focar relacionamentos afetivos, para muitos, significa prevalecer imaginários romantizados e idealizados por modelos socialmente difundidos ao longo da história. Todavia, “relacionar-se” abarca variadas dinâmicas possíveis e pode assumir diferentes sentidos para as partes envolvidas. Um dos cônjuges pode vir a assumir a posição de submissão, enquanto o outro o de imposição de vontades e de autoridade, o que seria diferente, talvez o avesso de relação atravessada por respeito e afeição (AMARO, 2006).

Ao contrário do que apregoa a música¹⁷, “um tapinha” dói, sim, e é crime quando não consentido. A Campanha “O Valente não é Violento”, da ONU Mulheres, a partir de 2014, culminando com diretrizes para inclusões de gênero na educação, vêm nessa perspectiva de desconstrução com respaldo em marcos legais e políticos¹⁸.

Mas também cabe a homens, mulheres, às famílias e ao Estado, por meio de políticas públicas, desconstruir tais concepções. Os estudos de gênero apontam para essas possibilidades libertadoras, sobre identidades de gênero nas relações de poder. Não sem motivo, a Sra. Margarida reclama: “eu tinha todo trabalho e nenhum direito”.

1. Mecanismos para submeter o outro

¹⁷ Música *Só um Tapinha*, 2000, Bonde do Tigrão, Mc Naldinho.

¹⁸ Mais sobre o assunto, disponível em:
<http://www.onumulheres.org.br/Programasemdestaque/genero-na-escola/>

Você pensa **que pode dizer o que quiser**. Respeita aí, eu sou mulher. **Quando a palavra desacata, mata, dói**. Fala toda errada que nada constrói. **Constrangimento, em detrimento de todo discernimento** quando ela diz. Não, mas eu tô vendo, eu tô sabendo. Eu **tô sacando o movimento**. É **covardia** no momento quando ele levanta a mão. [...] Diversão é um conceito diferente, onde todas as partes envolvidas consentem. O **silêncio é um grito de socorro escondido pela alma, pelo corpo pelo o que nunca foi dito**. Ninguém viu, ninguém vê, ninguém quer saber. A dor é sua, a culpa não é sua. Mas ninguém vai te dizer. E o **cinismo obtuso daquele cara confuso** eu vou esclarecer: **abuso**. [...] Violência por todo mundo a todo minuto, por todas nós. Por essa voz que só quer paz por todo luto, nunca é demais. **Desrespeitada, ignorada, assediada, explorada, mutilada, destrutada, reprimida, explorada**. Mas a luz não se apaga. Digo que sinto. Ninguém me cala. [...] Ela vai, ela vem. Meu corpo, minha lei. Tô por aí, mas não tô à toa. [...] Respeita as mina, porra! (Ana Canãs, Respeita, 2008)

A arte tem revelado, didaticamente, a realidade: mudanças e permanências quanto às violências e seus efeitos. Assim, há disputas por representações. O clipe com *rap* acima citado, com participação de cantoras e intelectuais famosas, traz trechos significativos. Os mecanismos utilizados para a submissão do outro são diversos. A Sra. Margarida menciona “[...] Ele não me deixou entrar pra faculdade. Eu passei e ele não deixou. [...] E acrescenta: “[...] eu tentei separar de todas as formas, ele começava com agressão, com perseguição, terrorismo, tudo o que você pensar.”

O relato se afina com a constatação de Flax sobre as relações de gênero, ou seja,

[...] são processos complexos e instáveis [...] constituídos por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes [...]. As relações de gênero são divisões e atribuições diferenciadas e [...] assimétricas de traços e capacidades humanas [...]. Homem e mulher são apresentados como categorias excludentes [...]. O conteúdo real de ser homem ou mulher e a rigidez das próprias categorias são altamente variáveis de acordo com épocas e culturas. Entretanto, as relações de gênero [...] têm sido [...] relações de dominação (FLAX, 1991, p. 228).

Faz-se necessário o devido cuidado para não se incidir em visão de mão única que atribui às mulheres a condição de vítimas, pois, nas relações de gênero, o vínculo de dominação e subordinação nem sempre aparece transparente e óbvio, apesar de se poder verificar, até o momento, e de um

modo geral, a supremacia masculina. Assim, a Sra Camélia narra: “[...] eu também avançava nele, ficava falando até ele me ouvir”.

Seria ingênuo acreditar que a utilização da categoria gênero, no estudo, por si só possibilitasse compreensão histórica mais ampla do objeto. É importante, apesar da dificuldade, conjugar gênero a outras dimensões e conjunto das teorias do conflito. Embora privilegiando as ambiguidades e contradições de gênero, acredita-se, como Scott, que

[...] os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações sociais historicamente situadas (SCOTT, 1990, p. 15).

A noção de relações de gênero aponta para construções mutáveis de significação. Isso quer dizer, como ressalta Paoli, que os significados constituintes das diferenças de gênero são atravessados por discursos de outras identidades e cristalizados de repetições, de estereótipos, todos colocados em ação em contextos específicos (PAOLI, 1991, p. 118). Nas entrevistas, lugares fixos designados para o feminino e masculino são recorrentes.

Ao estudar e ter como objeto as relações de gênero violentas, não há crença de que exista uma categoria unificada de interpretação, mas pode-se, sim, enfrentar as diferenças simbólicas, contextualizando-las sem reduzi-las a um único termo. Não se atribui imperialismo à categoria, em detrimento de outros conceitos, mas é priorizada nesta análise.

Sem o intuito de partir de sujeitos prontos e acabados, utiliza-se a categoria gênero no trato das relações sociais. Este procedimento constitui mudança epistemológica, pois a dimensão relacional faz com que haja deslocamento da noção de sujeito e de identidade fixa para a de relação, evitando, inclusive, a guetificação feminina. A consequência metodológica é a de que deixam de existir homens e mulheres abstratos, essencializados, para se constituírem mulheres e homens contextualizados, uma especificidade do gênero estudado pela História. O que também aparece na investigação, uma

vez que cada história tem suas especificidades no que tange a como o casal aciona suas representações que orientam condutas.

Algumas dificuldades aparecem em determinados momentos da análise histórica quando se tenta, devido a toda uma influência historiográfica e de produções feministas, identificar qualquer atitude feminina como sendo de resistência, heroicizando as mulheres; e, em outros momentos, percebê-las como frequentemente oprimidas e inevitavelmente dominadas, vitimando-as. Talvez o uso do gênero possa auxiliar a superar essas armadilhas, uma vez que a ênfase recai nas construções sociais e culturais das diferenças sexuais e rompe com ideias naturalizantes. A postura de tentativa de escuta sem prenoções, foi um desafio para poder compreender o que estava em jogo em cada narrativa.

Nesse sentido, como demonstrou a análise dos dados das entrevistas, há jogos de poder relacionais entre os femininos e os masculinos – independente do sexo físico das pessoas –, marcados por hierarquias, conflitos e também por negociações. Não se trata de negar as falas misóginas, mas de tentar mostrar como são fabricadas. Pode-se utilizar, para isso, práticas, símbolos, códigos normativos, representações, valores sociais e identidades subjetivas. O gênero também designa contingentes humanos movidos pelas representações do outro e auto representações dos femininos e dos masculinos.

Como se observa, a tradição pode estar a serviço do sexismo e da misoginia, da banalização, da cultura do ódio, da discriminação e do etnocentrismo narcísico, imbuídos de suposta virilidade que se afina a contextos de violências.

O Sr. Jasmim¹⁹ (autor de violência, entrevista 2016), mecânico, 28 anos, foi casado, atualmente solteiro, completou Ensino Médio, autor de violências com tentativa de homicídio com ex-namorada, ficou preso por um

¹⁹ Entrevista realizada, em 8 julho de 2016, duração entrevista de 1h 24 min., na residência dele.

tempo, passou pela Delegacia de Mulheres, pelo Judiciário, que o encaminhou para ser atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia. Réu primário, com histórico de bom comportamento, comente com indignação sobre o tempo que ficou preso por ter esfaqueado a namorada e as condições do local que deveria ressocializar:

Fiquei 34 dias preso e tive que gastar dinheiro lá dentro, porque lá na cadeia tudo era suborno. Lá eu recebia a roupa, uma manta, sabão de coco, pasta de dente e escova, o colchão tinha que ser comprado, comprar a cama, pagar 40 reais a hora do telefone. Cella feita para 8 pessoas, têm 18. Às vezes tinha o bate cella, que de madrugada os agentes invadem as celas para pegar facas. Os presos faziam facas para que se tivesse uma rebelião, eles pudessem se defender dos **presos seguros, que são os estupradores e agressores de mulheres. O estuprador virava mulherzinha na cadeia, ficava no corredor, sem banho e tinha que fazer as necessidades numa garrafa pet.** Na cela, tem televisão e os presos, quando se revoltavam, tremiam na prisão batendo nas celas. **Teve um estuprador que não foi aceito lá nem pelos estupradores, que foi o que violentou uma criança de 2 anos e a matou, eles jogaram fezes nele e bateram muito nele. Muitos estupradores ficavam com problemas mentais de tanto apanhar e de virar mulherzinha também. Se matarem alguém na cela ou baterem, ninguém pode denunciar para os agentes, é lei.** Os presos que convivi diziam que queriam trabalhar, capinar, recuperar rodovias, distrair a cabeça. Tem psicóloga, somente para avaliar se a pessoa que está muito tempo presa pode voltar para sociedade, e é muito difícil ela liberar. **Tem muita maldade na prisão e assim a pessoa não se recupera.** (Grifos meus)

O relato do Sr. Jasmim nos remete à análise crítica de Foucault na Obra “Vigiar e Punir” (1987), nos itens Suplício, Punição, Disciplina e especialmente Prisão, onde analisa histórica e filosoficamente sobre o predominante encarceramento para castigar pessoas, a partir de determinado período. Entretanto atua, contrariamente aos seus proclamados objetivos, como produtor da delinquência e, acrescento, como o jeito mais caro e ineficiente de não ressocializar alguém com recursos públicos. No entanto, prevalece no contexto capitalista. A entrevista com o Sr. Jasmim também revela representações de gênero, ou seja, o estuprador “vira mulherzinha”, como o mais degradado dos seres. E menos pelo crime cometido que pelo potencial de tê-lo praticado com alguma das supostas “propriedades” de

outros presos não estupradores: esposas, filhas, mães, como demonstra pesquisa de Machado (1998) com estupradores em sistema prisional.

As entrevistas com pessoas que se consideram vítimas ou mesmo autoras de violências contemplam narrativas que dizem desses lugares rígidos que aprisionam e de seus deslocamentos.

Desse modo, na presença do autor de violência, a Sra. Calla (vivenciou violência, entrevista e prontuário 2014)²⁰, 25 anos, negra, do lar, bordadeira, “amasiada” há seis anos, cala-se e fica ausente. Foi o que observei na entrevista de oito minutos com ela, em sua casa, com a permanência do esposo no quarto ao lado da sala. A anulação é nítida e compreensível.

De outro jeito, os valores do esposo da Sra. Bromélia (vivenciou violência, entrevista 2015)²¹ contribuíram para a separação do casal. Por não admitir que a filha dela fosse gay e tampouco levar a namorada para a residência, quis que a enteada saísse de casa, o que levou a mãe a sair também. O Sr. Crisântemo (vivenciou violência, entrevista 2016)²², nordestino, cursou a 4ª série, é vendedor de tapioca, de ervas, de produtos naturais, de livros, produz poesias. Ele se apresenta como refém dos próprios valores e demonstrou, em prantos, durante a entrevista, que, além de perder a esposa (e se considera vítima dela), tem preconceito e discrimina a filha que, de acordo com ele, “veste como homem e [...] a viu de mão dada com outra mulher”.

O Sr. Delfínio também menciona ter sofrido quando morou no Paraguai e foi dar uma palestra em uma faculdade sobre feminismo. Uma pessoa fez uma pergunta sobre a questão LGBT e ele falou um pouco sobre isso e depois

²⁰ Entrevista realizada, em 17 out. 2014, com a Sra. Calla, vivenciou violências e foi atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, com duração de 8 min. OBS: Esposo estava em cômodo ao lado durante a entrevista e por isso fui estrategicamente breve. Tive acesso ao prontuário do atendimento dela no SOS em 2014.

²¹ Entrevista realizada, em 13 mai. e 17 jul. 2015, com a Sra. Bromélia, com 2h10. OBS.: Tive acesso ao prontuário do atendimento dela no SOS.

²² Entrevista realizada, em 13 mai. 2016, com o Sr. Crisântemo, atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 2h.

retomou o assunto principal, pois sabia que “lá não era lugar para se falar disso, pelo conservadorismo”. A vice-diretora, que estava na palestra, pegou o microfone e disse “que ‘homossexualismo’ é uma doença, que tem que ser tratada por psiquiatra, desde criança e quando menino brinca de boneca, antes de ser tarde demais”. Diante o ocorrido, ele resolveu retrucar que

problema hormonal é quando a pessoa não tem pelo no rosto, no corpo, poderia ser relativo a isto este símbolo de masculinidade para você, a falta deles é de acordo com o que é determinado em sociedade, barba, pelo no corpo, a falta disso é sinal de homossexualidade? Você errou, porque eu tenho muito pelo no corpo, eu sou barbudo, então mostra que não tem nada a ver; e eu sou Gay.

Acrescentou ainda, que o Sr. Delfínio, no debate:

não tem nada que curar, não tem nada que consertar se menino brinca de boneca. Nem todos os homossexuais brincam de boneca, porque eu gostava de jogar bola, eu olhava pra boneca, tinha vontade de brincar, mais não brincava porque a sociedade repreendia, tanto que sempre gostei de todas as formas de jogar bola, de brincar na rua, de jogos de rua, não só de bola.

A narrativa do Sr. Delfínio denuncia as representações de femininos e masculinos ressignificadas com ênfase em determinismos biológicos e estereótipos.

Diante o fato, os(as) alunos(as) o defenderam e se indispueram com a vice-diretora, que teve que sair da sala. Recebeu mensagens “dando força”, pois “a cidade inteira soube do ocorrido”. Teve uma professora que foi contra e disse “que ele ia se queimar por ser gay, que lá não era assim, que era errado, que eu não tinha que dar visibilidade a isto”. Depois disso ele foi boicotado para outros encontros, mas tinha amigos que o representavam muito bem. Constata ser o machismo no Paraguai tão significativo que as mulheres não usavam camisinha, com medo de o parceiro achar ruim, e a proliferação de doenças é grande.

O Sr. Delfínio também aborda o período da infância, quando, aos quatro anos, ia para casa das primas, disfarçava e brincava com elas de boneca. Na escola, o colocavam para brincar com caminhão, mas ele queria brincar com as bonecas e seus acessórios e as panelinhas. Somente tomou consciência de

sua condição com dezessete para dezoito anos, achando que era bissexual aos dezenove e, aos vinte, homossexual. Relacionou-se com homem primeiro, aos dezoito, depois com mulheres, por curiosidade, pois tinha certeza que gostava de homens.

Em entrevista, o Sr. Delfínio revela que quando criança, aos dez anos, tinha uma turma de seis meninos que “ia ver revista pornô e filme pornô, se masturbavam, e um ao outro e às vezes se encostavam e colocavam a boca bem rápido. Depois, mais adolescente, se sentiu culpado, querendo apagar isto”. Desde os onze anos “achava homem interessante, olhava as pernas cabeludas e gostava, mas não tinha ideia do que era”. Creio que o corpo sabia antes mesmo dele. Segundo o Sr. Delfínio, “só entendia que não podia contar para ninguém, achava bom ver homem pelado, no vestiário”, onde todos tomavam banho juntos. Tinha uma professora no Paraguai que dizia que o homossexual era assim, ou porque a mãe apanhava em casa do pai, ou porque foi abusado quando criança. Esta regra está furada, diz ele.

Essas exclusões também ocorriam com o pai do Sr. Delfínio, que pedia para ele engrossar a voz. Quando criança, ele era afeminado, não exagerado, comenta, “mas dava para perceber”. Ele contou ao pai e à mãe justamente quando um namorado esteve na casa deles. O pai trabalha com Antropologia, mas não aceita a homossexualidade nem levar namorados em casa. Hoje conversamos, mas sem mencionar nada da vida gay dele, afirma.

A Sra. Alissum, sendo membro do movimento popular negro, constata que predominavam homens e o machismo. E que “foi educada para servir ao homem”. Por outro lado, a Sra. Margarida diz que foi ficando sem dinheiro, pois “ele não deixava ela trabalhar” e que foi “criada para não separar e aguentar humilhações”. Novamente, são evidenciadas representações de gênero e de casamento: mulher do lar, do âmbito privado, casamento eterno, entre outros. Porém, comparativamente, o fato de a Sra. Alissum ser mulher, negra e pobre dificultou ainda mais a saída da relação de violência.

As construções de gênero permeiam o relato e o imaginário do Sr. Jasmim, que está sendo processado por Tentativa de Homicídio contra a

namorada, ao afirmar que “o que pesa às vezes pela violência é a vergonha de ser traído. Homem pode trair e não ser traído, de acordo com a maioria dos homens”. Essa representação de homem atravessa a história do Sr. Jasmim, orientando condutas.

Roger Chartier compreende as práticas que constroem o mundo como representações. De acordo com seu olhar, "as percepções do social produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para o próprio indivíduo as suas escolhas e condutas" (CHARTIER, 1990, p. 17). Por isso, este estudo sobre representações supõe um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação, como se observa nas narrativas.

Realizar estudos sobre as relações de gênero implica desconstruir parâmetros anteriores e, ao mesmo tempo, contextualizar essas relações, visando desmistificar o próprio conceito (SCOTT, 1990). Alguns trabalhos, nessa linha, têm questionado a historiografia tradicional e assim feito com que as Ciências Humanas sejam vistas criticamente no que diz respeito aos seus arcabouços teóricos, revendo paradigmas antes pouco questionados. Buscando historicizar a categoria, pode-se dizer que, a partir da rejeição às determinações biológicas implícitas para alguns(mas) no termo sexo, boa parte de feministas e/ou de intelectuais, no fim de século XX, começaram a utilizar o termo gênero (SCOTT, 1990 e 1994; TILLY, 1994; VARIKAS, 1994; COSTA, 1994; BUTLER (2010).

Tratar de gênero, portanto, implica noção relacional, pois designa as relações entre os sexos, sendo uma maneira de indicar construções sociais, culturais, simbólicas acerca das funções de mulheres e de homens, assim como de suas subjetividades. E nessa linha, com “A invisibilidade da experiência”, Joan Scott questiona a universalização e naturalização da categoria/noção experiência. Trata da questão da visibilidade e representação também sob outros prismas. Questiona a relação da representação com seu referente, se é que há uma relação. Representação do quê? Um real exterior e que está fora?

Ela desconstrói - como Chartier e White (2006) radicalizam, dualismos e dicotomias. Não há real que não seja representado. Não há distinção entre realidade e representação. Recusa a separação entre “experiência” e linguagem e insiste na qualidade produtiva do discurso, onde sujeitos são constituídos discursivamente, mas há conflitos entre sistemas discursivos, o que se verifica, neste estudo, entre os casais e também entre profissionais e destes com as pessoas atendidas.

A autora nos auxilia a pensar o objeto quando problematiza a relação entre texto e contexto. Ela critica o fetiche da noção experiência, desde as décadas de 1970 e 1980, quando sujeitos foram sendo essencializados, inclusive a mulher. E tenta compreender as operações dos processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais as identidades são afirmadas, resistidas ou acatadas, e cujos processos não são marcantes e atingem seus efeitos porque não são notados. Ela trata do simbólico, da institucionalização, do normativo, da internalização e subjetivação (SCOTT, 1998).

Determinadas ações sociais só têm sentido se integradas numa análise de construção e consolidação do poder. Assim, este tema é melhor compreendido na relação de reciprocidade entre gênero e poder, sendo o gênero uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1990, p. 17 e 18). Nos dados das entrevistas, os mecanismos utilizados para submeter o outro por meio de violências físicas, sexuais, psicológicas-morais-emocionais ou patrimoniais são recorrentes nas relações de poder que se hierarquizam em contextos patriarcais.

Em que pese o poder, Deleuze, com base em Foucault, questiona:

O que é poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma relação de poder. Compreendemos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força. [...] dirá Foucault que o poder remete a uma ‘microfísica’. Com a condição de não entendermos o ‘micro’ como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro

domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não-localizáveis (DELEUZE, 1988, p. 78 e 100).

Articulada às relações de gênero, atravessadas pelo poder desigualmente repartido, vislumbra-se a violência. Não há unanimidade quanto à sua concepção e origem, mas eis algumas das conceituações elaboradas.

Uma série de autores(as) intelectuais e/ou feministas têm se apoiado no conceito filosófico de violência articulado por Chauí, com base na ideia de liberdade, como autodeterminação/autonomia e servidão/dependência/heteronomia em Spinoza (1632-1677)²³:

[...] realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto [...] interpessoais [...]. Preferimos considerá-la [...] como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais [...] e como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência [...]. Assim a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronomia que não se percebe como tal. [...] resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e ação contrária que a dominam. Sob esse aspecto, [...] não é possível um poder violento, desde que entendamos o poder como exercício e reconhecimento efetivo de direitos e da prática política. O poder não exclui a luta. A violência, sim. (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Em setores dos movimentos feministas, nitidamente presentes nas redes sociais digitais, verificam-se disputas discursivas, algumas com tentativas de se perceber a violência como a manifestação mais extremada, ou seja, conspiração consciente da opressão e relação hierárquica a que as mulheres estão sujeitas, passivamente, nas relações de gênero. Essa

²³ Sobre Spinoza, ou Espinoza, consultar: <http://www.consciencia.org/spinoza.shtml>. Acesso em 10 jul 2017.

perspectiva faz com que, a princípio, a imagem das relações entre os sexos seja negativa, havendo em certos casos tendência à aversão aos homens, que teriam poder unilateral.

Nesse sentido, em análise crítica, Gregori observa que alas feministas ressaltam as situações em que as mulheres são vítimas diretas e desprezam outras relações violentas entre mulheres-mulheres, mulheres-crianças e destas contra seus parceiros, ou consideram estas violências simplificadoramente como atos de resistência, de reação ou de reprodução de padrões de comportamento externos. No entanto, a autora destaca o fato de que realmente o corpo e o psiquismo das mulheres sofrem maiores danos. Na mulher, o medo se instala, principalmente nas relações íntimas e conjugais. Entretanto, paradoxalmente, ela vai se aprisionando quando cria sua própria vitimação (GREGORI, 1993, p. 123 e 184). Esse menosprezo sobre outros tipos de relações violentas se sustenta nos relatos, principalmente, do Sr. Lírío (vivenciou violência, entrevista 2014, 2017)²⁴ que se considera vítima da esposa e também as crianças do casal e enteado, onde permeia alienação parental²⁵ e jocosidade com o caso, por parte de representantes de políticas

²⁴ Entrevista realizada, em 5 nov. 2014, com o Sr. Lírío, 36 anos e três filhos (dois com a autora de violência, um menino e uma menina) e um enteado, classe média, advogado, doutorando, foi do movimento da juventude e estudantil, militante de partido político que considera progressista e de esquerda, viveu violências e foi atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, PM, Judiciário, Conselho Tutelar, duração 1h 50 min., compartilhamento virtual comigo sobre andamento do caso, em 19 abr. 2017, duração 20 min. OBS: possuo prontuário atendimento SOS em 2002, depoimentos dos filhos e do enteado dele na Delegacia da Criança e Adolescente e também da funcionária doméstica da autora filhos, B.Os, REDs, mensagens celular entre eles.

²⁵ Alienação parental é o processo e o resultado da manipulação psicológica de uma criança em que a leve a mostrar medo, desrespeito ou hostilidade injustificados em relação ao pai ou mãe e/ou a outros membros da família. Trata-se de uma forma distinta e generalizada de abuso psicológico e violência familiar – tanto para a criança quanto para os familiares rejeitados – que ocorre quase exclusivamente em associação com a separação ou o divórcio (especialmente quando há ações legais) e que prejudica ambos os princípios fundamentais tanto da Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Mais comumente, a causa principal é um dos pais desejar excluir o outro da vida de seu filho, mas outros membros da família ou amigos, bem como profissionais envolvidos com a família (incluindo psicólogos, advogados e juizes) podem contribuir no processo. Muitas vezes leva ao distanciamento a longo prazo, ou mesmo permanente, de uma criança de um dos pais e outros membros da família e, como uma experiência particularmente adversa na infância, resulta em riscos aumentados de doenças mentais e físicas para as crianças. Os tribunais superiores mundiais reconhecem a alienação parental como uma forma de abuso infantil com efeitos sérios a longo prazo sérios para a criança. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alienação_parental. Acesso em 10 jul. 2017.

públicas, e na história da relação mãe e filha, respectivamente com as senhoras Orquídea e Glicínia.

Ainda sobre a ótica dos feminismos brasileiros, a autora demonstra como são construídos argumentos acerca das violências na vida conjugal, chamando a atenção para o fato de que as mulheres aparecem, muitas vezes, como boas por natureza, virtuosas, não sendo sujeitos constituintes de sua situação.

A antropóloga Gregori comenta ainda sobre as produções feministas que, marcadas pelo caráter militante, adotam conceito de violência pelo qual atribuem a uma condição geral de subordinação a explicação para situações de violências às mulheres. E passam assim a reclamar punibilidade sem exame mais atento dessas relações (GREGORI, 1993, p. 123-4). Ela critica, portanto, os trabalhos que caminham nesse sentido, como o de Teles (1985), quando, na descrição dos casos, aponta para a existência de um agente coercitivo e outro vitimado, que por vezes resiste. Esse tipo de abordagem considera os homens os únicos responsáveis nos atos de violência.

Outra tendência dos escritos feministas criticados por Gregori consiste em descrever relações de violências como modelos estereotipados e tipificados, em que menos importam as diferenças, a pluralidade que os perigos de comportamentos e ações que se supõem gerais. Para a autora, essas análises perdem ambiguidades e tensões presentes nas relações de gênero, pois situam-se nas dualidades agressor/vítima (GREGORI, 1993, p. 128-30).

Apesar de Chauí construir arcabouço teórico com reflexões mais elaboradas frente aos escritos feministas, observa-se, conforme destaca Gregori, que ela também parece cair em armadilhas. Por mais que a filósofa não queira estabelecer a oposição algoz ativo contra vítima passiva, seu conceito de violência não revela indícios de como a mulher pode se libertar. Assim,

[...] a dualidade autonomia/heteronomia, assim como a distinção entre poder, violência e força é elaborada de forma em que não há chance de se vislumbrar uma transformação. [...] São ideais frouxas [...] que podem ou não servir como [...] estímulo à libertação (GREGORI, 1993, p. 133).

Outro aspecto levantado por Gregori a respeito da visão de Chauí sobre violência está em sua abrangência, não permitindo distinguir violência de opressão ou dominação. Destaca a antropóloga que há casais que não se caracterizam por relações declaradamente violentas e, no entanto, desrespeitam a autonomia um do outro. Gregori acredita, então, ser preciso sofisticar a compreensão das violências, encarando-as também como formas de comunicação, ainda que perversas, entre parceiros. E é isto que a autora se propõe a fazer quando analisa as entrevistas com pessoas que vivenciam violências, procurando entender como as mulheres veem a si e aos parceiros na relação, para então refletir como essas relações se constroem e se mantêm (GREGORI, 1993, p. 133-5). Avalio, dialogando com Gregori, que o desrespeito à autonomia do outro pode configurar-se em violência psicológica.

A socióloga e militante feminista Saffioti teceu críticas, inclusive a Teles (1985), em uma de suas obras, sobre os trabalhos que primam pela separação entre violência estrutural e outras – conjunturais, resultantes de relações interpessoais – como se estas últimas independessem da estrutura social (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p. 29).

Reportando-se a Chauí (1985), de forma crítica e irônica, a socióloga enfatiza que

Consciente ou inconscientemente, a vítima formula e executa estratégias para conviver com a violência. Participa, pois, desta. A posição vitimista, na qual a vítima figura como passiva, e inteiramente heterônoma, além de não dar conta da realidade histórica, revela um pensamento extraordinariamente autoritário. Obviamente, se a vítima teve sua vontade anulada pela vontade de seu agressor, cabe a algum iluminado propor soluções capazes de tirá-la da situação de violência vivenciada (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p. 35).

No estabelecimento de parâmetros para a análise das agressões físicas e/ou psicológicas, também, Saffioti e Almeida (1995) adotam a óptica dos Direitos Humanos, uma vez que a violência de gênero viola esses direitos.

No que diz respeito às relações de gênero, especialmente as conjugais, esta pesquisa verificou, na tentativa de compreensão dos históricos e episódios de violências, e compartilha com a socióloga a compreensão de que:

[...] a violência apresenta as seguintes características: 1) visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de 'lugares sociais sexuais' que subalternizam o gênero feminino; 2) amplia-se e reatualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado; 3) é mesclada com outras paixões com caráter positivo, como jogos de sedução, afeto, desejo, esperança, que em última instância não visam abolir a violência, mas a alimentá-la, como forma de mediatização de relações de exploração-dominância; 4) denuncia a fragilizada autoestima de ambos os cônjuges, que tendem a se negar reciprocamente o direito à autonomia nas mínimas ações (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p. 159).

A concepção de poder de Chauí parece contribuir para análises de práticas que deseducam e a de Foucault certamente aponta para o poder, as políticas e seus efeitos, inclusive na publicidade, eventos, descaso do Estado, enquanto estratégias que educam para a desigualdade de gênero.

Os “joguinhos” aparecem na relação do casal, em entrevista com ambos, quando, por exemplo, a Sra. Rosa (vivenciou violência, entrevista 2016) conta que “[...] eu lembro de uma vez, tadinho, eu até fiz uma brincadeira, lembra?” E o Sr. Rosmaninho (entrevista 2016) sentindo-se vítima das inseguranças, ciúmes dela, responde: “[...] ela falou que ia se separar de mim.” E ela: “[...] na verdade, eu queria ver a reação dele, foi uma conversa minha com amigas, pra descobrir se ele gostava de mim”.

Problematizando-se sobre a recorrente interrogação de por que ela não vai embora ou afirmativas que atribuem a elas a culpa pela violência sofrida, conclui-se que quem cala não consente e há limite tênue entre a segurança e insegurança, acrescido de fatores inibidores da busca de ajuda diante situações vivenciadas e o ônus da revitimização e a *via-crucis* pela qual passam os sujeitos, conforme resultados da análise dos dados das entrevistas com pessoas que vivenciam relações conjugais violentas.

A pesquisa constata que, por vezes, há o hábito por parte de envolvidos(as) em violências de gênero, sejam os(as) que delas participam

diretamente ou profissionais que atendem casos, em desviar para as coisas a atenção que deveria se direcionar para as causas. E o estudo nos leva a crer na sintonia entre conflitos conjugais que propiciam práticas violentas e os valores, as crenças, as visões de mundo, portanto, com os construtos culturais envolvidos nelas.

Outros aspectos se sobressaem como “tecnologias de gênero” (LAURETIS, 1994), contribuem para o imaginário social das violências de gênero, como em discursos-enunciados de anúncios publicitários e eventos que banalizam abusos. E neste item do artigo mencionaremos alguns em nível local.

Estudos como os de Conde e Machado (2010)²⁶ tratam das raízes culturais e sociais do problema, que surgem obscurecidas, retirando a responsabilidade da sociedade de agir em prol da mudança. Não se pode deixar de reconhecer que há diversidade e multiplicidade dos significados veiculados pela mídia sobre a violência conjugal, tampouco deixar de

²⁶ Sobre esse tema, interessante a produção de CONDE, Ana R. e MACHADO, Carla. Violência conjugal: representações e significados no discurso midiático. In: *Psicologia*, vol. 24 no. 1, Lisboa, 2010, cujos resultados apontam “que os *media* constituem, na actualidade, um dos recursos mais usados no modo como as pessoas compreendem o “mundo” e, simultaneamente, refletem os discursos sociais dominantes (normas e valores culturais), devendo, por isso, constituir um objecto de análise central numa abordagem cultural à violência conjugal”. Por meio desse trabalho empírico, verificou-se a escassa representação e questionamentos deste tema por parte do discurso midiático, “o que traduz o legado tradicional da “privacidade” do problema e de uma cultura tolerante face à violência contra a mulher”. E ainda “[...] predomina uma representação patologizante e situacional da agressão masculina e a sua associação à dimensão passional – acabando ambas por, de algum modo, legitimar ou desresponsabilizar o agressor – e, por outro, a exploração de novos ângulos do problema – que acaba por obscurecer violência mais típica, isto é, perpetrada no masculino e sofrida no feminino”. As autoras questionam “em que medida estas representações podem constranger/influenciar a vivência da violência conjugal”. E a convicção delas é “que os discursos dos *media*, contribuindo para a construção do feminino e do masculino e das relações de gênero (apud Dias, 2007), podem também influenciar/constranger a vivência da violência conjugal”. Por outro lado, “a constatada associação da violência ao amor e à paixão pode reforçar a tolerância da violência por parte da vítima e legitimar o seu uso pelo agressor. [...] A associação da felicidade/realização feminina ao contexto da conjugalidade, conjuntamente com a responsabilização exclusiva da mulher pelo êxito das relações pode, neste contexto, influenciar a vítima a manter-se na relação abusiva, sujeitando-se aos maus-tratos não só para sustentar a relação mas também pela responsabilidade social que recai sobre si quando uma ligação fracassa”. Concluem “que os *media* – pelo menos no perfil de publicações por nós analisado – não parecem contribuir para uma maior consciencialização social face ao problema da violência conjugal. Assim, apesar da maior visibilidade actual do fenómeno, não nos parece que o discurso midiático comunique a mensagem que o problema dos maus-tratos à mulher é uma questão pública e social. Na verdade, parte do discurso remete a responsabilidade de acabar com a violência para a mulher vítima”.

reconhecer que há mudanças no discurso sobre as violências. Por outro lado, mesmo considerando o relativo silêncio, pobreza discursiva sobre o tema, as pessoas não são receptoras passivas, mas construtoras de significados que a mídia não determina inteiramente. Assim, torna-se plausível que a mera referência ao tema seja socialmente transformadora, indicando a possibilidade de ele ser objeto de discurso público e suscitando outros enquadramentos de significado para além dos que a mídia fornece. Na medida, contudo, em que os canais de informação proporcionam importantes recursos para a construção da realidade e funcionam como a definição do que será noticiado acerca de percepções do mundo, considera-se que têm responsabilidade, embora na realidade longe de ser inteiramente assumida, de constituir-se como força que promova mudanças sociais desejáveis em direção aos direitos humanos e à minimização de violências de gênero.

Verifica-se que os veículos de comunicação e produção de massa, especialmente os anúncios publicitários, fomentam dicotomias e objetificações sexuais, mulheres como vinculadas aos serviços domésticos e cuidados com os filhos por meio de naturalizações, caricaturas, erotização sexista, lugares estereotipados e essencializados sobre o masculino, o feminino e suas funções sociais, além de incitarem, na sua socialização, a promoção e banalização dos processos de violências com mulheres, criando e reproduzindo representações, estando o Brasil no ranking de países com maior incidência em violência às mulheres e feminicídios.

Na circularidade cultural, diante os anúncios, há também mobilizações de resistência por parte de organizações femininas, da comunidade onde são exibidos e questionamentos sobre os conteúdos por eles traduzidos e insinuados.

Sobre o que fazer diante anúncios publicitários expostos a seguir, os comentários foram: boicote à marca e produto; problematizar políticas públicas capazes de regulamentar propagandas, por serem veículos perigosos de ideologias que se contrapõem aos princípios de direitos humanos, que devem ser garantidos em uma democracia; exigir dos órgãos que

regulamentam anúncios a fiscalização e retirada destes e isso não significa retrocesso à censura, mas preservar o direito à cidadania; reflexão interdisciplinar sobre as construções de gênero que estão sendo veiculadas.

Percebe-se que há consumidoras(res) menos tolerantes com perspectivas sexistas e convém levar em conta que as mulheres são responsáveis por maior parte das decisões de compra ou grandes influenciadoras para aquisições, como o maior mercado emergente, conforme alguns levantamentos no período dessa pesquisa²⁷. Por outro lado, há escassez de mulheres no comando das agências, o que favorece reproduzirem a cultura corporativa masculina. E a igualdade de gênero tem sido pauta de debates²⁸, no setor, para reinvenções nessa seara, como estratégia de negócio, rompendo estereótipos e devido danos à imagem. Há um desafio de serem criativos sem recorrer ao desprezo dos femininos, inclusive para marcas não perderem clientes, com caminhos que deseducam.

Quando as mulheres são coisificadas na publicidade, cria-se condição para, se o suposto objeto de posse não funcionar como previsto, quebrá-lo, leia-se, cometer violências.

Não sem reforço midiático das representações sociais de gênero, a pesquisa do IPEA (amostragem de 3.810 pessoas, em 212 municípios do Brasil, sendo 66,5% mulheres e o restante de homens e, do total, 19,1% de idosos(as)), revela quanto às construções de gênero podem fomentar cenários propícios à violência conjugal quando

Diante da afirmação “Mulheres que Usam Roupas que Mostram o Corpo Merecem ser Atacadas”, 26% concordam totalmente ou parcialmente; 3,4% são neutros e 70% discordam parcialmente ou totalmente. E da afirmativa “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, 65,1% concordam totalmente ou parcialmente, 1,9% é neutro e 32,4% discordam parcialmente ou totalmente.²⁹

²⁷ Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/maior-mercados-emergentes/> e também em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAyEQAJ/mulheres-mercado-emergente>. Acesso em 10/06/2017.

²⁸ Revista *Cláudia*, out. 2015, p. 157-59

²⁹ Pesquisa IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, item: Tolerância Social à Violência contra Mulheres, realizada em maio/junho 2013, divulgada em março de 2014 e revisada e corrigida

Observando-se as imagens sobre eventos e anúncios a seguir, verifica-se que possibilitam reflexão sobre quais são as representações de gênero, poder e violência dos produtores dos anúncios e das empresas, bem como os anúncios nos impactam a cada um de nós que estudamos gênero e a quem não tem acesso a essas reflexões.

Algumas pessoas entrevistadas, como a delegada de mulheres, profissionais da SOS Mulher e Família de Uberlândia, mencionaram determinados anúncios e eventos em suas narrativas e diante a sociabilidade desses como expressão na cidade de Uberlândia, como, por exemplo, da festa no Curso de Medicina da UFU, em 2013, com cartaz a seguir.

Figura 2 Cartaz de divulgação de evento Curso Medicina UFU, Uberlândia, 2013



Fonte: redes sociais digitais, em 2013.

Diante do anúncio de referida festa, cuja apologia à violência de gênero e coisificação do feminino verifica-se no antes e no depois da imagem da moça estampada e pelo sugestivo nome dado à festa com sua intenção subjacente, ou seja, DopasMina, houve denúncia na SOS Mulher e Família para verificar o que poderia ser feito para evitar, segundo a compreensão de denunciante anônima, consequências no que tange à violência às mulheres, incluindo-se

devido a erro de troca de gráficos em abril de 2014. A amostragem foi de 3.810 pessoas, em 212 municípios do Brasil, sendo 66,5% mulheres e restante de homens e, na amostragem, 19,1% são idosos(as).

abusos sexuais. No contexto, mas sem competência para tal, uma profissional da SOS tentou entrar em contato com a Delegacia de Mulheres e também com o Ministério Público, nos quais, ao final da tarde, não encontrou quem pudesse ser acionado para a tomada de providências. A festa ocorreu com significativa adesão e, nos dias posteriores, em diálogo entre mim e a então Delegada do momento, ela ressaltou a presença de vítimas na Delegacia, alegando estupro ocorrido no evento. Outras imagens foram socializadas pela mídia social digital, como a seguinte, sobre algumas das consequências para as mulheres.

Figura 3 Garotas expondo braços quebrados, consequência da festa DopasMina, Uberlândia, 2013.



Fonte: redes sociais digitais, 2013.

Entorpecer, abusar parece ser sintomático em algumas práticas sociais e se traduzem em concepções sobre “lugares” socialmente construídos para femininos-masculinos, masculinos-femininos. Não são raras as festas onde o ritual estabelecido é o de que até determinado horário as mulheres entram sem pagar e têm acesso a bebidas alcóolicas, para só mais tarde os homens chegarem. Parece tênue o limite entre sexo consentido e não consentido³⁰,

³⁰ Para a compreensão didática sobre sexo consentido e não consentido recomenda-se a animação, cuja metáfora é o oferecimento de chá, e se pessoa aceita, não aceita, inicialmente aceita e depois não deseja mais, e que ninguém deve enfiar chá goela abaixo de quem não deseja, ou esteja inconsciente, dormindo ou com seus sentidos comprometidos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jzfKMMDkAbw>. Acesso em 10/06/2017.

especialmente quando se trata de pessoas conhecidas, especialmente em relações conjugais.

Figura 4 Anúncio de Evento Zé Picanha Restaurante & Chopperia, Uberlândia, 2017



Fonte: frase: “Mulheres de minissaia ou vestido acima do joelho não pagam até 23h e bebem a noite toda”. Anúncio postado no site, em maio 2017, disponível em <https://kekanto.com.br/biz/ze-picanha-restaurant-chopperia>. Depois na mídia: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/anuncio-de-casa-de-show-gera-discussao-em-mg-mulheres-de-mini-saia-ou-vestido-acima-do-joelho-nao-pagam.ghml?utm>

O anúncio ficou disponível por pouco tempo, uns 10 minutos, pois que a polêmica e comentários de indignação sobre o viés sexista, que coisifica o feminino para usá-lo como isca para atrair o masculino, e a mensagem

subliminar sobre a naturalização de possíveis abusos sexuais, em contexto de índices significativos de estupro como mencionado nesta tese, fez com que retirassem o *post* da página com a justificativa de “erro de publicidade”. O que não convenceu, vez que erro de publicação é diferente de retirar a frase inteira que causou indignação.

O importante não é tanto a quantificação dessas violências, mas o fato de elas constituírem temas tratados pelos veículos de comunicação e produção de massas e em eventos no espaço público. Isso possibilita, conforme Chartier (1990), analisar tais representações como realidade de múltiplos sentidos.

Os anúncios publicitários e eventos acima e a seguir podem contribuir para esse conjunto de clichês imagéticos e enunciativos que vão sendo repetidos *ad nauseam* na produção e tornando-se lugares-comuns proliferados como efeitos, nas relações de poder e subjetivação dos sujeitos. Pode-se atacar, denunciar e duvidar desses lugares e trazer outras possibilidades de acontecimentos representados que se afinam à subversão a outras construções históricas e distintas figuras de sujeitos. Portanto, à problematização do que parece naturalizado.

Segundo Willians (2011), os meios de comunicação são social e materialmente produzidos e reproduzidos e relacionados às fases históricas gerais da capacidade produtiva e técnica. São problemas, uma vez que a linguagem é prática social e se constitui nas relações sociais e a imprensa compõe esse cenário, interiorizando ou não algumas dessas, mas no interior do desenvolvimento histórico. Há uma crítica às especializações, pois o social interessa desvendar, mas se esbarra, por vezes, em representações culturais dominantes.

Assim, a crítica do referido autor se estende aos três bloqueios ideológicos que atendem aos “burgueses modernos” ao colocarem as pessoas como indivíduos abstratos, o que aparece nos anúncios e eventos acima discutidos. Os bloqueios são, sinteticamente, ver os meios de comunicação apenas como mídia: dispositivos para passar “informações” e “mensagens”; distinguir entre meios de comunicação “naturais” (do dia a dia, face a face) e

os “tecnológicos” (aparelhos mecânicos e eletrônicos e que propiciam a “comunicação de massa”) e separar, *a priori*, meios de comunicação e de produção, como se fossem formas universais, com públicos específicos e diferenciados vistos como um “mercado massificado” de opinião e de consumo. Escondem-se, assim, variações entre diferentes tipos de meios.

Verifica-se, nos meios de comunicação – anúncios, divulgação de eventos – que apenas algumas vozes são amplificadas e de distintas formas. Por vezes as relações reais de homens e de mulheres estão ocultas atrás de uma modalidade reificada, uma mídia moderna. Por vezes recorrem a ideias de alienação universal (nesta pesquisa, algumas delas são representadas como: “ignorantes”, “provocadoras” e que “gostam de apanhar”) que faz parte do ser e parece ser intransponível, dentro de uma noção pessimista. O autor acredita que é preciso uma realização mais avançada e complexa das relações produtivas entre comunicação e comunidade, com o fomento necessário para capacidades e relações de comunicação novas e complexas. (WILLIANS, 2011).

Por outro lado, pelo menos no mês de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, as figuras a seguir indicam que alguns ramos, na cidade, parecem problematizar a desconstrução de determinadas representações nas relações de gênero, nas quais, por vezes, as diferenças são traduzidas em desigualdades, os femininos banalizados e objetificados, em anúncios publicitários, ao não associar, necessariamente, as mulheres a funções fixas ou restritas a determinadas tarefas e ambientes. Certamente as ações educativas, preventivas, pautas dos movimentos sociais, debates nas redes sociais digitais têm contribuído para isso e para que se perceba que lugar de mulher pode ser onde ela quiser estar. Sabe-se que a publicidade influencia quanto aos valores, divulgação de representações, e, portanto, iniciativas assim podem favorecer a alteridade e tolerância.

Figura 5 *Outdoor* de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional Mulher, Uberlândia 2017



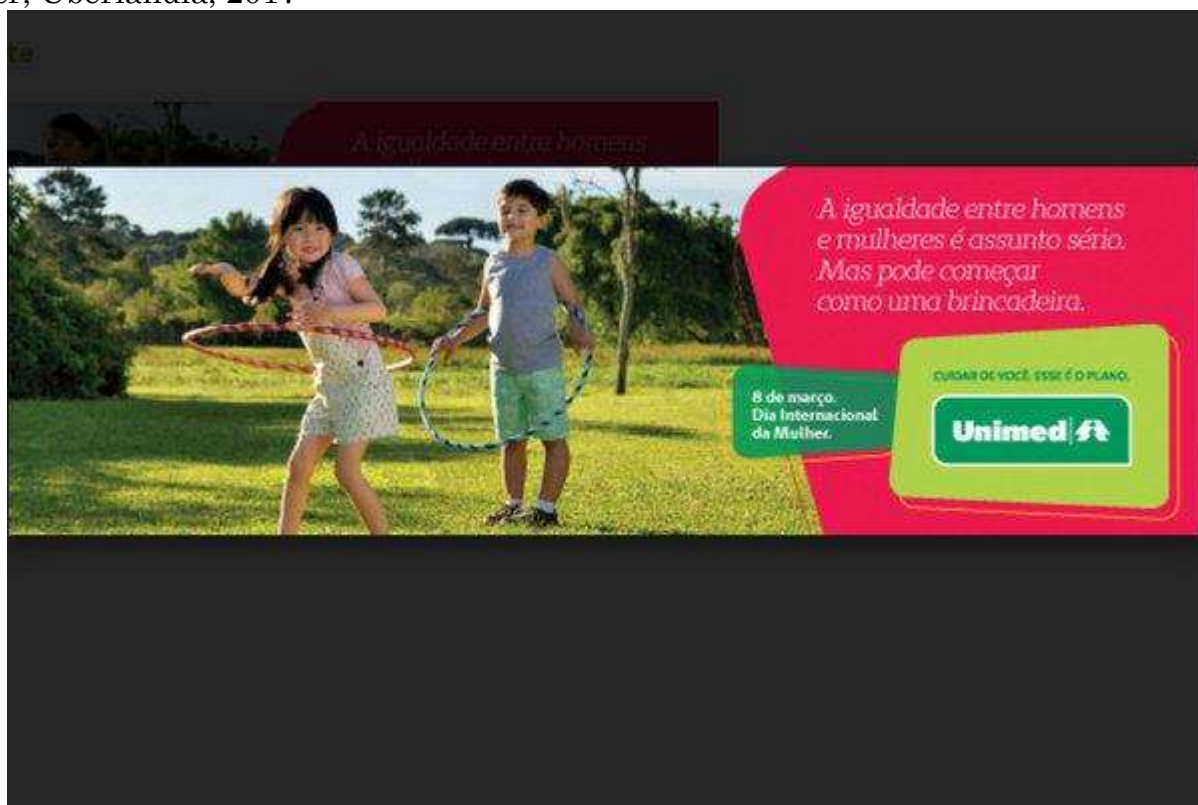
Fonte: foto de anúncio tirada pela pesquisadora em pontos da cidade de Uberlândia-MG, março 2017.

Figura 6 *Outdoor* de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional Mulher, Uberlândia, 2017



Fonte: foto de anúncio tirada pela pesquisadora em pontos da cidade de Uberlândia-MG, março 2017.

Figura 7 *Outdoor* de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional Mulher, Uberlândia, 2017



Fonte: anúncio Campanha Empresa, Uberlândia-MG, março 2017.

As formas de conhecimento social produzidas nos meios de comunicação e em eventos divulgados atuam na produção das subjetividades, nas formas de autoidentificação e na configuração da alteridade, constituindo violência simbólica ou não.

Considerações Finais

As duras histórias de vida e de violências, nas relações de poder, nos dão conta que há pessoas que não se acabam, vão mesmo é cabendo com acabamento possível a cada experiência duramente (in) concebível. Não sem terem que enfrentar a rede de apoio e enfrentamento às violências em constante (re)(des)construção, vários desses sujeitos entrevistados saíram do isolamento e passaram a “lavar a roupa suja” no espaço público.

Não têm sido raras certas afirmações a respeito de quem vivencia situações de conflitos conjugais permeados por violências: “gosta de apanhar”, “um tapinha não dói”, “coisa de gente pobre e sem instrução”, “bate porque bebe”, “ruim com ele, pior sem ele”, “solta que bateu no que é dele”, “caiu da escada”; “tropeçou no tapete”, “louca”, “doente”, “mulher de malandro”, entre tantas outras em circularidade cultural. Algumas delas mais recorrentes nas entrevistas que outras.

Nesse processo, encontram-se a autoimagem, o isolamento da família de origem e de amizades, promessas não cumpridas, a retirada das condições financeiras, o impedimento ao trabalho e ao estudo, o uso do conhecimento das fraquezas do par, ameaças de afastamento dos(as) filhos(as), jogos relacionais, demonstrações de insegurança e fragilidade, medo da perda e ciúmes em consonância com as diversas nuances de violências.

A representação de coitada(a), nesses contextos, e a permanência nesse lugar, pode significar ainda não estar pronta(o) para dar o próximo e difícil passo de abandonar as relações violentas. O tempo cronológico não se equivale ao tempo interno de quem experiencia violências no convívio íntimo.

Desse modo, os mecanismos para submeter o outro estão associados aos vários formatos de violências, com tentativas de maximizar o micro poder; abalar a autoimagem e estima da pessoa com quem se convive; o isolamento familiar e de amizades; as promessas descumpridas; a retirada condições financeiras; o impedimento ao trabalho, estudo e autonomia; o uso de fraquezas do outro e para a paralisia psíquica; ameaças de afastamento dos(as) filhos(as); os jogos relacionais permeados por inseguranças, fragilidades, medo da perda e ciúmes como posse.

Enfrentar a violência doméstica requer mais do que medidas punitivas: exige transformação cultural, e essa transformação passa, necessariamente, pela educação. A educação formal, ao incluir temas como direitos humanos, gênero e cidadania crítica nos currículos, pode romper com o silêncio e a naturalização da violência nas relações. Já a educação informal — presente nas conversas, nas mídias e nos exemplos cotidianos — é igualmente poderosa para reforçar ou questionar normas patriarcais. Promover espaços de diálogo, escuta ativa e reflexão coletiva é fundamental para formar sujeitos conscientes, capazes de reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de violência que ainda permeiam os lares brasileiros.

A educação formal e informal são fundamentais para a construção de gênero baseada na equidade, no respeito, na alteridade e na cultura da paz, onde seja possível lidar com conflitos sem lançar mão do uso de violências.

Referências

- ALMEIDA, Suely de Souza. Violência e Direitos Humanos no Brasil. *Revista Praia Vermelha* n° 11. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- _____. (org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- AMARO, Rogério. *Violência Conjugal e Relações de Gênero*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BAPTISTA, Geovana. *Violência contra a mulher: uma espiral silenciosa*. Curitiba: Appris, 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Participação e violência*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Cláudia L. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu* (2): 141-74, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELGADO, J. A. *Estatuto da mulher casada: efeito da lei 4.121/62*. Juiz Federal, Prof. Assistente da UFRGN, 1995.
- D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B.; FRANÇA-JÚNIOR, I.; LUDEMIR, A. B.; PORTELLA, A. P.; DINIZ, C. S. G.; COUTO, M. T.; VALENÇA, O. Violência contra a mulher em serviços de saúde: a ponta do iceberg. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 200-209, 2009.
- EVARISTO, Conceição. *Escrivência: escrita de si e do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e identidade de gênero. In: Nicholson, L. (org.). *Feminismo/ Pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 70, Ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002. ,
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre relações entre gêneros, violência e sexualidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GUERRA, Cláudia C. *Jogos de Poder e metAMORfoses: representações sociais de violências de gênero na esfera conjugal em Uberlândia-MG (1997–2017)*. 2018. 420

- f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21423>
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. HOLLANDA, H.B. de (Org.). *Tendências e impasses - o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LIMA, Cássia; SOUZA, Márcia. A categoria patriarcado e suas contribuições para o debate de gênero e interseccionalidades. In: COLLING, Leandro; TEDESCHI, Silvia (orgs.). *Gênero, sexualidade e interseccionalidade*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- MANDELBAUM, Belinda; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia. *A construção social da violência conjugal*. Psicologia USP, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 266-275, 2016.
- MELO, Hildete. Violência de gênero e feminismo: desafios da contemporaneidade. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). *Gênero, feminismo e masculinidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MUNIZ, C.; SANT'ANNA, I. Gênero e escolarização: o modelo da boa menina e do bom menino. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 140, p. 69-90, 2010.
- PAOLI, M. Célia. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. *Cadernos Cebap* (31): 107-20, out., 1991.
- _____. As ciências sociais e a questão do gênero no contexto da cultura contemporânea. *Anpocs/14º-Encontro anual*, 1990.
- PASSERINI, Luisa. *Memórias entre história e psicanálise*. São Paulo: Edusc, 2011.
- PUGA, Maria da Glória de Oliveira. A Educação de meninas na Escola Técnica de Uberlândia (1962–1972): entre a tradição e a modernidade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 525-541, jul./set. 2015.
- RECHTMAN, M. y PHEBO, L. *Pequena história da subordinação da mulher: as raízes da violência de gênero*. Rio de Janeiro. 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de Gênero: poder e impotência*. São Paulo: Moderna, 1985.

- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- SCOTT, Joan. A experiência da invisibilidade. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Escritos de mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SILVA, Ma. Escolástica A. *Mulher substantivo masculino*. Campinas, 1988. Tese (Doutorado). IFCH/UNICAMP.
- SILVA, Luís A. M. da. Gênero: um tema e/ou um conceito? *XVI Reunião anual/Anpocs*. IFCS/UFRJ e IUERI. Caxambu, out., 1990.
- SILVA, Marlise V. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Conjugalidade e violência: retratos em multicolor*. Tese de doutorado em ciências sociais PUC. São Paulo, 1999.
- TILLY, Louise A. Debate - Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu* (3): 29-62, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.
- VARIKAS, Eleni. Debate - A propósito do desacordo Tilly–Scott. *Cadernos Pagu* (3): 63-84, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. Meios de comunicação como meios de produção. In: *Cultura e Materialismo*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p.43-86.

Recebido em maio de 2025.
Aprovado em junho de 2025.